



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA ZÉLIA PINTO DA SILVA

**TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NO PRONATEC: UM ESTUDO DE CASO NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ –
CAMPUS DE MARACANAÚ**

FORTALEZA

2016

MARIA ZÉLIA PINTO DA SILVA

TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NO PRONATEC: UM ESTUDO DE CASO NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ –
CAMPUS DE MARACANAÚ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Filosofia da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Maria Nobre Lopes.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581t Silva, Maria Zélia Pinto da.

Teleologia e Causalidade no Pronatec: : Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus de Maracanaú / Maria Zélia Pinto da Silva. – 2016.

94 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Fátima Maria Nobre Lopes.

1. Pronatec. 2. Teleologia. 3. Causalidade. 4. Formação Profissional. I. Título.

CDD 370

MARIA ZÉLIA PINTO DA SILVA

TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NO PRONATEC: UM ESTUDO DE CASO NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ –
CAMPUS DE MARACANAÚ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Filosofia da Educação.

Aprovada em: 29/07/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fátima Maria Nobre Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico à minha mãe que, mesmo no momento mais árduo de sua vida, me fez acreditar na minha capacidade de conquistar meus sonhos, sempre me incentivando a nunca desistir. Ao meu filho, Victor Hugo, e ao meu namorado, Erivaldo, pelo estímulo, apoio e compreensão em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Grata a Deus, pelo dom da vida. Sem Ele, nada sou.

À minha orientadora, professora doutora Fátima Maria Nobre Lopes, pela paciência nas orientações, pelo apoio e dedicação, pelos elogios e por ter acreditado em minha capacidade no decorrer deste trabalho.

Ao professor doutor Aduino Lopes da Silva Filho, pelo apoio, pelas palavras de estímulo e colaboração nas orientações.

Ao professor doutor Frederico Jorge Ferreira Costa, que aceitou fazer parte da banca examinadora e colaborar para a pesquisa.

Ao meu amigo Víctor Moita Pinheiro, pelas horas de estudos e por toda a ajuda com a formatação do trabalho e coleta de dados no trabalho de campo.

À minha irmã Fernanda Pinto da Silva e ao meu cunhado/primo Arão Matos Maciel, por me receberem em sua casa e proporcionarem um ambiente tranquilo para estudar.

Ao LABOR, grupo de estudos que me recebeu como aluna ouvinte, proporcionando-me aproximação com o ambiente acadêmico voltado à pesquisa. Em especial, ao professor doutor Enéas de Araújo Arrais Neto, por ter me acolhido no grupo, e à professora doutora Antonia de Abreu Sousa, que me mostrou o caminho da pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de Pós-Graduação que fazem parte do LABOR, em especial a Keyla e a Tássia, por estarem presentes na minha vida acadêmica desde a graduação.

À minha professora/amiga Isabel Said, que me incentivou a fazer pesquisas.

A todos os amigos/alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por me proporcionarem a satisfação da pesquisa de campo e por terem contribuído para a realização desta pesquisa.

Ao meu amado e querido filho, Victor Hugo Silva de Freitas, que compreendeu minha ausência e torceu pela realização dessa fase da minha vida.

Ao meu querido namorado, José Erivaldo Bezerra de Freitas, pelo apoio, compreensão, estímulo, confiança e respeito, pois, sem ele, eu não teria conseguido sozinha.

Agradeço ao meu pai Francisco Gabriel da Silva e, em especial, à minha mãe Maria Pinto da Silva, por ser o meu maior exemplo de luta pela vida; por ela ter construído em mim os pilares do caráter, da moral e da dignidade; por ter me ensinado que para tudo na vida há seu tempo e que não podemos desistir por nada; por toda a alegria que eu via em seus olhos em cada conquista minha. Mesmo não estando entre nós, ela se faz presente em meu coração, tornando este momento ainda mais especial em minha vida.

RESUMO

Nos últimos anos, houve uma significativa expansão e adequação do quadro pedagógico da rede pública de ensino profissionalizante. Frente a isso, o governo lança em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cuja teleologia (finalidade) é ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, a fim de capacitar o egresso para a sua inserção no mundo do trabalho. Diante dessas considerações, a pesquisa teve como objetivo a investigação do perfil do egresso do Curso Técnico em Análises Químicas do Pronatec do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus* de Maracanaú, verificando se a formação oferecida contribuiu para a sua capacitação profissional e para a sua inserção no mercado de trabalho, e se houve conexão entre a teleologia e a causalidade defendida nesse programa. Nesse horizonte a metodologia da pesquisa compreendeu um estudo de caso com abordagem qualitativa, tomando o método dialético como análise da questão em pauta. Como base teórica, tomamos o pensamento de Marx e, principalmente, de Lukács acerca do trabalho como gerador da vida social dos homens e da relação recíproca entre a teleologia e a causalidade existente nesse processo. Segundo Lukács, após Marx, é somente com a posição teleológica, quer primária (no ato do trabalho), quer secundária (nos complexos sociais que dele derivam), que se completa e se torna possível a vida social dos homens. Portanto, é no estabelecimento e na realização das teleologias que o homem gera uma causalidade, por ele posta, compreendendo toda a sua historicidade. A sociabilidade que se forma no nexos teleologia e causalidade é constituída pelos vários complexos sociais, dentre eles, a educação profissional. Nossa pesquisa apresenta como foco o Pronatec, conforme mencionamos anteriormente. A partir do nosso objeto e da base teórica fundamentada na ontologia marxiana e lukacsiana, apresentamos a nossa dissertação de mestrado em três capítulos. O primeiro capítulo trata da relação existente entre Trabalho e Educação. Nele demonstramos a educação como parte intrínseca da vida social dos homens, seguindo com a apresentação do perfil histórico das posições teleológicas da educação formal no Brasil, apontando a questão do trabalho como princípio educativo e destacando ainda a teleologia da educação profissional no cenário brasileiro. O segundo capítulo trata da teleologia como parte essencial para a realização do trabalho, evidenciando as posições teleológicas primárias e secundárias. Nessas últimas, inserem-se os cursos do Pronatec. Nessa constituição, evidencia-se a conexão recíproca entre teleologia e causalidade, abordando-se as

várias possibilidades de escolhas e os resultados que delas derivam. O nosso terceiro e último capítulo é destinado à pesquisa de campo. Nela, apresenta-se a conexão entre teleologia e causalidade do Pronatec no IFCE – *Campus* de Maracanaú e se tecem considerações a partir da pesquisa junto aos mencionados egressos sobre o alcance da causalidade em relação à teleologia secundária estabelecida no curso supracitado. Como resultado dessa pesquisa, pudemos constatar a negação e a afirmação de partes das nossas hipóteses. A maioria dos egressos afirmou ter recebido uma boa formação profissional; no entanto, grande parte deles não foi absorvida no mercado de trabalho. Não obstante, não se pode prescindir dos nexos causais que se estabeleceram em decorrência do supracitado curso, demonstrando a conexão recíproca entre teleologia e causalidade na esfera da educação e, em consequência, da sociabilidade humana.

Palavras-chave: Pronatec. Teleologia. Causalidade. Formação profissional.

RESUMEN

En los últimos años, se ha producido una importante expansión y adaptación del marco pedagógico de la formación profesional pública. Como resultado, en 2011, el gobierno pone en marcha el Programa Nacional de Acceso a la Educación Técnica y Empleo (Pronatec), cuya teleología (finalidad) es aumentar la oferta de educación profesional y tecnológica con el fin de capacitar el egreso para su inserción en el mundo del trabajo. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo analizar el perfil de los egresos de la Carrera Técnica en Análisis Químico de Pronatec, del Instituto Federal de Educación, Ciencias y Tecnología de Ceará (IFCE), *Campus* Maracanaú. Este estudio examinó si la oferta formativa ha contribuido a la formación profesional y inserción de ese profesional en el mercado laboral. Esta reflexión también examinó si existía relación entre la teleología y la causalidad defendida en este programa. La metodología de esta investigación, a su vez, dispone de un estudio de caso con un enfoque cualitativo. Ella utilizó el método dialéctico como categoría de análisis de esta cuestión. Fue utilizado como base teórica el pensamiento de Marx, y sobre todo de Lukacs, sobre el trabajo como generador de la vida social de los hombres y la relación recíproca entre teleología y causalidad en este proceso. Según Lukacs, después de Marx, es sólo con la posición teleológica, ya sea primaria (en el acto del trabajo) o secundaria (en los complejos sociales que se derivan de él), que la vida social de los hombres se ha completado y se hace posible. Por lo tanto, es en el establecimiento y realización de la teleología que el hombre genera una causalidad, puesta por él, que comprende toda su historicidad. La sociabilidad que se forma en el nexo teleología y causalidad se compone de varios complejos sociales, entre ellos la educación profesional. Nuestra investigación se ha centrado en el Pronatec, como se mencionó anteriormente. Desde nuestro objeto y la base teórica fundamentada en la ontología marxista y lukacsiana, presentamos nuestra tesis de maestría en tres capítulos. El primer capítulo trata de la relación entre el trabajo y la educación. En este capítulo, se muestra que la educación es una parte intrínseca de la vida social de los hombres. A continuación, presentamos el perfil histórico de las posiciones teleológicas de la educación formal en Brasil. Observamos también la cuestión del trabajo como principio educativo. Destacamos, por último, la teleología de la educación en la escena brasileña. El segundo capítulo trata de la teleología como una parte esencial para la realización del trabajo, destacando las posiciones teleológicas primarias y secundarias. En estas últimas, se insertan los cursos de Pronatec. Es

evidente, en este caso, la conexión recíproca entre teleología y causalidad. Se analizan también las distintas posibilidades de elección y los resultados derivados de ellas. El tercer y último capítulo está destinado a la investigación de campo. En ese momento, se muestra la conexión entre la teleología y la causalidad de Pronatec en IFCE – *Campus* Maracanaú. También se analizan, a partir de la encuesta de los egresos, el alcance de la causalidad en relación con la teleología secundaria establecida en el curso anteriormente citado. Como resultado de esta investigación, encontramos la negación y la afirmación de algunas de nuestras suposiciones. La mayoría de los egresos afirma haber recibido una buena formación. Sin embargo, gran parte de ella no ha sido absorbida en el mercado laboral. No obstante, no se puede ignorar las relaciones causales que se establecieron como resultado del mencionado curso. Tal hecho demuestra la relación recíproca entre teleología y causalidad en la esfera de la educación y, en consecuencia, de la sociabilidad humana.

Palabras clave: Pronatec. Teleología. Causalidad. Formación profesional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Evolução das matrículas no Pronatec (2011-2014)	60
Gráfico 2	–	Motivação para o ingresso no Pronatec	68
Gráfico 3	–	Suficiência da formação profissional para o estágio	69
Gráfico 4	–	Auxílio na empregabilidade	71
Gráfico 5	–	Contribuições e benefícios do Pronatec	72
Gráfico 6	–	Proposta atingida	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Matriz curricular do Curso Técnico em Análises Químicas	63
Quadro 2	–	Pontos positivos do curso citados pelos egressos	73
Quadro 3	–	Pontos negativos do curso citados pelos egressos	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CRQ	Conselho Regional de Química
FIC	Formação Inicial Continuada
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEC/USAID	Ministério da Educação/ <i>United States Agency for International Development</i>
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PPC	Plano Pedagógico do Curso
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEDUC	Secretaria de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	18
2.1	A educação como processo da vida social	18
2.2	A posição teleológica da educação formal no Brasil	23
2.3	O trabalho como princípio educativo: destacando a teleologia da educação profissional	32
3	TRABALHO E TELEOLOGIA	42
3.1	O trabalho em geral: categoria geradora do homem enquanto ser social	42
3.2	O aspecto teleológico do trabalho: teleologias primárias e teleologias secundárias	48
3.3	Teleologia e causalidade: possibilidade de escolhas e de resultados	51
4	TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NO PRONATEC DE MARACANAÚ	55
4.1	A política teleológica do Pronatec	55
4.2	O Pronatec no IFCE de Maracanaú	62
4.3	A relação entre a teleologia e a causalidade no Pronatec de Maracanaú	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS DO PRONATEC NO IFCE – CAMPUS DE MARACANAÚ	89
	APÊNDICE B – TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS DO PRONATEC NO IFCE – CAMPUS DE MARACANAÚ	92

1 INTRODUÇÃO

A qualificação profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹ é a temática abordada por esta pesquisa, mais especificamente a promovida pelo Curso Técnico em Análises Químicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus* de Maracanaú. Desta forma, torna-se imprescindível tecermos algumas considerações sobre a educação profissional brasileira, com implicações na formação profissional dos trabalhadores.

Historicamente a educação profissional e suas políticas educacionais foram marcadas por forte dualidade, cujo panorama era evidenciado por uma educação profissional dissociada da educação propedêutica ao ensino superior, no qual o ensino profissional era destinado às classes trabalhadoras, e a educação propedêutica, às elites.

No final dos anos 1980, reacende-se o debate acerca dessa dualidade em torno do ensino médio e da educação profissional no país. Nesse contexto, surge um discurso político e ideológico de reforma da educação profissional, sob a alegativa de que o investimento do governo para proporcionar a formação até o nível superior demandava alto custo. Dessa forma, a educação profissional poderia proporcionar, com mais rapidez, a entrada do egresso do curso técnico no mercado de trabalho.

Essa lógica tem atravessado as últimas décadas, embora possamos destacar algumas variações em relação à formação profissional que, inclusive, está presente na constituição dos níveis de ensino expostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, definidos como básico, técnico e tecnológico, cujos detalhes podemos encontrar no Decreto n.º 2.208/97².

É assim que o atual panorama social e educacional evidencia a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esta rede tem ampliado a oferta de vagas em todo o território nacional, implicando diversos desafios às

¹ O Pronatec oferta cursos técnicos através das escolas públicas federais, estaduais, municipais, do Sistema S (SENAI, SESC, SESI, SENAC, SENAR, SESCOOP, SEST), de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de ensino médio. Os cursos técnicos, com duração mínima de 1 ano, são para quem já concluiu ou está cursando o ensino médio. Os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com duração mínima de 2 meses, são destinados a trabalhadores, estudantes do ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda.

² O Art. 3.º do Decreto n.º 2.208/97 diz que a educação profissional compreende os seguintes níveis: “I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico” (BRASIL, 1997a, p. 1).

instituições, com destaque para a garantia de estratégias que promovam a inclusão social por meio do acesso a uma educação de qualidade e à capacitação para o trabalho.

Nos últimos anos, houve uma significativa expansão e adequação do quadro pedagógico da rede pública de ensino profissionalizante. Frente a isso, o governo lança em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Pronatec, criado por intermédio da Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011, e sancionado pela presidenta da República Dilma Rousseff, tem como finalidade a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira a serem executados pela União. Objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada (FIC) para trabalhadores. Deste modo, o Pronatec visa à expansão das escolas técnicas em todo o país, assim como à ampliação das vagas e da extensão das redes estaduais de educação profissional, colaborando para o ensino médio público concomitante³.

O Pronatec tem como teleologia central (finalidade) ampliar a oferta de educação profissional, capacitando o egresso para a sua inserção no mundo do trabalho. A partir dessa posição teleológica do Pronatec, levantamos os seguintes questionamentos: 1) o egresso do curso técnico sai realmente capacitado para o mercado de trabalho?; 2) há absorção no mercado de trabalho para os egressos do curso? A partir destas questões, estabelecemos as seguintes hipóteses: 1) os cursos não oferecem uma capacitação adequada à área proposta de tal forma que deixa a desejar com relação à articulação entre teoria e prática; 2) não há mercado de trabalho suficiente para todos os egressos.

Disso resulta que a teleologia estabelecida no Pronatec em relação ao curso técnico de nível médio pode levar a uma causalidade esperada ou pode levar a uma causalidade diferente, parcial ou total, do estabelecido inicialmente no programa.

Frente a essas considerações, realizamos uma pesquisa tendo como foco os egressos do Curso Técnico em Análises Químicas oferecido pelo Pronatec no IFCE – *Campus* de Maracanaú, em um universo de vinte e nove concludentes. A metodologia desta investigação compreende um estudo de caso com abordagem qualitativa, tomando o método dialético para análise da questão em pauta. Como base teórica, tomamos o pensamento de

³ Segundo o Art. 3.º da Lei 12.513/2011, “O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei” (BRASIL, 2011, p. 2).

Marx, e principalmente de Lukács, acerca do trabalho como gerador da vida social dos homens e da relação recíproca entre a teleologia e a causalidade existente nesse processo.

Segundo Lukács, é somente com a posição teleológica, quer seja primária (no ato do trabalho), quer seja secundária (nos complexos sociais que dele derivam), que se completa e se torna possível a vida social dos homens. Portanto, é no estabelecimento e na realização das teleologias que o homem gera uma causalidade, por ele posta, compreendendo toda a sua historicidade. A sociabilidade que se forma no nexos teleologia e causalidade é constituída pelos vários complexos sociais, dentre eles, a educação profissional. Nossa pesquisa tem como foco o Pronatec de Maracanaú, conforme mencionamos anteriormente.

Para alcançarmos esse fito, investigamos o perfil do egresso do curso supracitado através da tabulação das respostas do questionário (com questões objetivas e subjetivas), a fim de verificarmos se a formação técnica de nível médio oferecida contribuiu para a capacitação profissional dos alunos e para a sua inserção no mercado de trabalho, bem como para identificar se, conforme as opiniões dos estudantes, houve uma conexão entre a teleologia e a causalidade defendida nesse programa.

A aplicação do questionário aconteceu após o término da atuação dos egressos no Curso Técnico em Análises Químicas, no período de fevereiro a março de 2016. Antes mesmo do contado inicial para a entrega do questionário, foram realizadas ligações telefônicas, envio de e-mail e contatos por redes sociais para agendamentos dos horários e dias disponíveis. Além do questionário, foram utilizados documentos e informações de *websites* para complemento das informações. Houve ainda a oportunidade de termos atuado como bolsista/monitora do programa nos anos de 2012 e 2013, tendo vivenciado muitas das experiências e relatos que surgiram, o que facilitou a nossa compreensão no momento da pesquisa de campo.

A partir do nosso objeto e da base teórica fundamentada na ontologia marxiana e lukacsiana, principalmente, apresentamos a nossa dissertação de mestrado em três capítulos. O primeiro capítulo, que se refere ao ponto dois deste trabalho, trata da relação existente entre Trabalho e Educação. Nela demonstramos a educação como parte intrínseca da vida social dos homens. Seguimos com a apresentação do perfil histórico das posições teleológicas da educação formal no Brasil, apontando a questão do trabalho como princípio educativo e destacando ainda a teleologia da educação profissional no cenário brasileiro. O segundo capítulo, referente ao ponto três deste trabalho, trata da teleologia como parte essencial para a realização do trabalho, evidenciando as posições teleológicas primárias e secundárias. Nestas se inserem os cursos do Pronatec. Em tal constituição, torna-se clara a conexão recíproca

entre teleologia e causalidade, abordando-se as várias possibilidades de escolhas e os resultados que delas derivam. O nosso terceiro e último capítulo, referente ao ponto quatro deste trabalho, é destinado à pesquisa de campo. Nele se apresenta a conexão entre a teleologia e a causalidade do Pronatec no IFCE – *Campus* de Maracanaú, e se tecem considerações a partir da pesquisa junto aos egressos mencionados sobre o alcance da causalidade em relação à teleologia secundária estabelecida no curso anteriormente citado. Finalizamos a nossa dissertação tecendo as nossas considerações finais sobre a pesquisa e os seus achados.

2 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Neste capítulo trataremos da relação trabalho e educação. Iniciamos pela abordagem da educação como sendo uma necessidade intrínseca ao processo formativo da vida social dos homens. Sua gênese ocorre no processo do trabalho, que, por sua vez, é constituído de posições teleológicas. A partir dela, gera-se a sociabilidade dos homens.

Partindo dessa conjuntura, será delineado o perfil da posição teleológica da educação formal no Brasil. Finalizamos com a questão do trabalho como princípio educativo, evidenciando a posição teleológica da educação profissional no cenário brasileiro.

2.1 A educação como processo da vida social

Quando nos referimos ao termo educação, logo pensamos naquela educação que recebemos em instituições de ensino, a educação formal, e isso é bastante comum. Porém, temos que atentar para o fato de a educação, no seu sentido geral, não estar presente unicamente na forma sistematizada. Ela se apresenta no cotidiano do homem por toda a vida.

A educação em geral, aquela como processo de formação humana, como algo que é inerente à vida social, é o sentido de educação ao qual iremos nos referir neste tópico. Trata-se de uma educação no seu sentido mais amplo, ou seja, a educação que recebemos dos pais, a aprendizagem que adquirimos com as experiências de vida, a que encontramos no contexto da sociedade.

Paracelso (1951, p. 181 *apud* MÉSZAROS, 2008, p. 23), demonstrando esse sentido de educação ao que se refere à aprendizagem que obtemos do processo educativo, salienta que “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice [...]”. Isso nos conduz a pensar conforme Marx ao considerar que o homem é um ser social, ou seja, um ser de relações, cuja gênese se dá no trabalho⁴ e nos complexos que dele decorrem, incluindo o processo educativo. Levando em consideração tal posição sobre o homem, única espécie animal que necessita ser educada⁵ e que está sempre aprendendo algo em sua vida, para termos uma aproximação do entendimento sobre como se concebe esse ser social, deve-se salientar que este aprende com as experiências de vida, no convívio com os demais homens. É necessário, pois, que comecemos a análise através da categoria trabalho e de suas

⁴ No próximo capítulo, iremos dissertar, com mais detalhes, sobre a questão do trabalho como categoria fundante da vida social dos homens.

⁵ Essa ideia está presente na obra de Kant, *Sobre a pedagogia* (2006), ao afirmar que “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 2006, p. 11).

determinações. Para tanto, tomaremos a concepção marxiana do trabalho utilizando as ideias de Marx e de Lukács, principalmente, sem excluir outros autores que abordam tal questão.

Segundo Marx (1989, p. 194), “[...] o homem produz o homem e se produz a si mesmo e aos outros homens”. Isso ocorre a partir do trabalho, o que requer todo um processo educativo, constituindo o caráter, a individualidade e a sociabilidade humana. Tudo ocorre na relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Diz Marx (1989, p. 194-195) que

O significado humano da natureza só existe para o homem social, porque só neste caso é que a natureza surge como laço com o homem, como existência de si para os outros e dos outros para si, e ainda como elemento vital da realidade humana [...] Mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, etc., uma atividade que raramente posso levar a cabo em direta associação com outros, sou social [...] A minha própria existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social.

Lukács, resgatando esse pensamento de Marx, afirma, na sua obra *Para uma ontologia do ser social* (2013), que o homem é um ser social cujas determinações se dão a partir do trabalho: “No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Assim, a compreensão da categoria do trabalho e dos seus complexos conduz a traços essenciais para o entendimento da formação do ser em sociedade.

Levando em consideração essas colocações marxianas, Nobre Lopes (2006, p. 130) afirma que “[...] o homem não nasce social, gênero humano, para se atualizar enquanto tal, faz-se necessário que ele se autoconstrua através da atividade do trabalho”. Assim, considerar que o homem, no exercício de sua atividade laboral e dos complexos que dela derivam, torna-se um ser social significa reconhecer que, ao transformar a natureza externa a ele, o homem transforma também a sua própria natureza, tornando-se um novo ser genérico mais humanizado.

Não podemos esquecer que, para transformar a natureza e para desempenhar o ato do trabalho, o homem necessita de conhecimento. Este é adquirido simultaneamente ao ato laboral e requer um processo educativo que possibilite a sua aprendizagem da forma mais adequada para realização dessa tarefa. Isso só ocorrerá no contexto de sociabilidade, o que proporcionará tanto o desenvolvimento individual quanto o social, isto é, proporcionará o afastamento da barreira natural.

Marx, e posteriormente Lukács, falam do salto ontológico que proporciona a passagem do ser orgânico ao ser social, o que implica o afastamento da barreira natural,

incluindo as necessidades físicas, emocionais e biológicas que possibilitam ao homem a construção da sua própria vida, da sua história, da sua sociabilidade. Portanto, o fato de pertencer à natureza não deixa de lado suas necessidades biológicas. À medida que se torna social, estas necessidades são adaptadas e passam a ter características cada vez mais sociais, humanizadas, que necessitam de um processo de ensino e de aprendizagem conforme requer o momento histórico.

Podemos perceber que se trata da educação no seu sentido mais lato, que, como já mencionamos, se faz presente durante toda a vida dos homens. No decorrer desse processo, o homem se autoconstrói conforme as suas necessidades de transformação da natureza pelo ato do trabalho, criando novas formas de interação com a natureza e com os demais homens, produzindo, assim, a sua vida em sociedade de forma material e espiritual.

Essa educação no sentido amplo “[...] é mediada e mediadora de outras práxis sociais, aliás, é condição ontológica da práxis humana” (NOBRE LOPES, 2013, p. 64). Ela é exteriorizada por meio de instituições educacionais, familiares, religiosas, etc. Dentre essas instituições, deparamo-nos com a educação formal, escolarizada, que pode contribuir fortemente tanto para o bloqueio do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como também para potencializar o desenvolvimento das capacidades humanas, a elevação e a transformação da sociedade.

A educação referente ao desenvolvimento das potencialidades humanas é o sentido de educação omnilateral posto por Marx. A esse respeito Manacorda, intérprete de Marx, define a omnilateralidade como

[...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2006, p. 88).

Esse desenvolvimento humano proporcionado por uma educação omnilateral eleva o nível intelectual da classe trabalhadora, o que não corresponde aos ideais capitalistas e, conforme Marx, só será alcançado em uma sociedade diferente da atual. Portanto, é no modo de produção socialista e depois comunista que haverá a superação da divisão de trabalho. Para Marx, somente assim é que o trabalhador poderá desenvolver-se “omnilateralmente”.

Tal desenvolvimento é aviltado no capitalismo, uma vez que a educação passa a ser utilizada como uma oportunidade de gerar riquezas. O processo de trabalho é fragmentado, tornando o trabalhador não mais dono da mercadoria produzida por ele, sendo

detentor apenas da sua força de trabalho. Assim a educação, que é primordial ao processo, passa a ter sua finalidade voltada para o mercado.

Gadotti (1983, p. 57) afirma que “Para Marx a omnilateralidade não é o desenvolvimento de potencialidades humanas inatas. É a criação dessas potencialidades pelo próprio homem, no trabalho”. Desta forma, o homem se torna social através do trabalho e mesmo sendo um ser que pertence à natureza, ele se diferencia dos demais seres. Isso se dá principalmente pela sua capacidade de estabelecer posições teleológicas no processo de transformação da natureza em busca da satisfação de suas necessidades, visando, assim, à conservação da espécie humana.

Sabemos que os homens possuem capacidades que lhes diferenciam dos demais seres animais. Entre estas capacidades, está o ato de trabalhar, no âmbito das teleologias primárias, e o de se educar, no âmbito das teleologias secundárias⁶. Essa relação do homem com a natureza e com os outros homens o torna ser histórico. Essa historicidade é decorrente das múltiplas ações humanas, tanto no plano individual quanto no coletivo, por meio dos vários contextos sociais. Dentre estes, está a educação.

A educação é mediada e mediadora do processo do trabalho e dos complexos que dele derivam, visto se tratar de uma condição essencial para a prática da atividade humana. O processo educativo também é fundamental para o aperfeiçoamento e desenvolvimento contínuo dessa atividade. De acordo com Gadotti (1983, p. 59):

O que importa, para Marx, é tornar o homem disponível para enfrentar todas as mudanças que as novas exigências do desenvolvimento do trabalho impõem. Para isso é necessário substituir o homem unilateral, especializado e alienado, por homem omnilateral, não especializado e, sobretudo, livre da exploração e da alienação do seu trabalho.

Tornar o homem omnilateral, para Marx, não é proporcionar o desenvolvimento de potencialidades inatas. Para ele, as potencialidades são adquiridas pelos próprios homens no ato da produção social total. Vincula-se a isso a educação como mediadora e mediada pelo processo. Demonstrando esse pensamento de Marx, Gadotti (1983, p. 57) afirma que "A educação é um fenômeno social, portanto, produto e produtor de várias determinações sociais".

Diferente do homem, o animal desempenha o seu “trabalho” de forma instintiva, reproduzindo os passos para a concretização de sua atividade assim como todos os demais seres de sua espécie, ele não o faz de forma diferente, e sim repetidamente. Já o homem, por possuir a capacidade teleológica, prévia ideação, antecipa, em sua mente, o objeto que deseja

⁶ No capítulo 3, iremos tratar das teleologias primárias e secundárias com mais detalhes.

objetivar e, ao final do seu trabalho, o objeto construído se tornará uma causalidade posta, mais próximo possível do idealizado. Isso deixa claro que os atos dos homens são intencionais e idealizados conforme suas próprias vontades e que são os próprios homens que constroem sua vida genérica.

Conforme a objetivação do trabalho humano, temos um tipo de educação que vai se modificando de acordo com o fim estabelecido no ato do trabalho. Deste modo, temos um processo educativo no âmbito das relações humanas e sociais. Como diz Lukács (2013, p. 178), “Sendo assim, a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado”. Aqui o objetivo consiste em passar o conhecimento geração após geração. Isso leva à construção da vida humana de forma dialética, sempre tendo em conta o modo como o homem produz e reproduz os seus bens e, conseqüentemente, a sua vida social, quer dizer a sua sociabilidade – o direito, a política, a educação, etc.

A produção e a reprodução da vida do homem são mediadas tanto por suas ações conscientes, como também pelo contexto social. Marx e Engels afirmam, na obra *A ideologia alemã*, que “[...] as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”⁷ (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). Portanto, cada sociedade, desde a mais primitiva à mais moderna delas, busca, no desempenho do seu trabalho, o modelo educacional adequado conforme o contexto sócio-histórico. Percebemos, assim, a estreita ligação existente entre trabalho e educação⁸, desde o sentido mais amplo até a sua formalidade em instituições de ensino.

No modo de produção capitalista, a educação passou a ser vista como algo que gera riquezas, lucro para proprietários de escolas e faculdades, que passaram a usar discursos sobre qualificação profissional apregoando que esta promove a empregabilidade. Sabemos que, na maioria dos casos, esse discurso sobre a aquisição de empregabilidade não é verdadeiro, uma vez que, mesmo havendo habilitação para várias áreas, isso não garante a oferta de empregos nem tampouco uma realização plena do profissional recém-formado. Não precisamos detalhar, neste instante, tal questionamento, apenas frisamos essa questão.

Porém, é importante destacar que, apesar de a educação formal estar a serviço do capitalismo, ela não perde o seu caráter mediador da práxis social dos homens, uma vez que

⁷ Tal afirmação afasta qualquer interpretação errônea do pensamento de Marx, como ocorre com o viés positivista e economicista.

⁸ Essa ideia está presente no texto *Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*, de Dermeval Saviani. Tal assunto será desenvolvido de modo mais específico no final deste capítulo.

está intrinsecamente relacionada com o Ser Social dos homens. Portanto, mesmo que seja exigida para atender ao capitalismo, transmite algo nas relações existentes, até mesmo no processo do saber fazer. Esse é o sentido de educação que possibilita a construção da vida social e da historicidade humana.

O homem é um ser histórico e em constante transformação, fazendo-se social pelo ato laboral precedido de posições teleológicas e de ações para realizá-las. Tudo isso só é possível devido a processos formativos que requerem ensino e aprendizagem, exteriorizados em diferentes esferas sociais, no âmbito da superestrutura, tais como a família, a religião, as leis, a política, etc., gerando a vida social dos homens e a sua sociabilidade. Segundo Nobre Lopes (2006, p. 20),

A educação, para Lukács, é um dos momentos fundamentais da produção e da reprodução da vida humana, pois é através dela que se conservam determinados valores e se produzem outros, cuja experiência acumulada se torna uma totalidade histórica que é expressa em normas, conhecimentos, atitudes, etc.

Assim, a educação é fundamental no processo de formação do ser e da sua vida em sociedade. Esse processo construtivo do novo ser, cuja gênese ocorre no trabalho, é mediado pela educação, que desempenha papel básico no desenvolvimento humano. Tal processo construtivo, objetivado para criar o novo, exige novas necessidades de transformação e também novos processos educativos cada vez mais específicos, buscando atender às necessidades humanas, o que remete a um ensino cada vez mais aperfeiçoado. Isso nos leva a delinear um perfil da educação formal, destacando o seu desenvolvimento no Brasil. Assim, buscamos situar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) nesse contexto – o que constitui o principal objeto desta pesquisa.

2.2 A posição teleológica da educação formal no Brasil

Para iniciarmos uma reflexão sobre a posição teleológica⁹ da educação brasileira no atual contexto histórico, faz-se necessário remetermo-nos, também, a questões políticas, sociais e culturais. Isso ocorre em virtude de a educação estar relacionada, direta e/ou indiretamente, ao funcionamento desses setores, que, juntamente com ela, compreendem a superestrutura. As questões educacionais, principalmente a partir da modernidade, têm sido amplamente discutidas, constituindo-se em alvo de considerações teóricas e práticas. Esse

⁹ Trata-se aqui das posições teleológicas secundárias, que, segundo Lukács, ocorrem no âmbito da superestrutura. Iremos desenvolver esse assunto no próximo capítulo desta dissertação.

tema também é abordado no âmbito das relações do desenvolvimento produtivo, econômico, tecnológico e cultural da vida em sociedade.

Para que possamos conduzir as nossas considerações sobre os caminhos que a educação formal no Brasil seguiu em suas posições teleológicas, tomaremos como referência alguns autores brasileiros que tratam de tal questão. Nada mais significativo para a compreensão do desenvolvimento dessas teleologias do que o entendimento dos seus percursos e das suas mudanças no decorrer da história até a atualidade.

O homem produz a sua história e a si mesmo gerando a sua sociabilidade ao transformar a natureza em busca de garantir a sua própria existência, conforme assevera Marx nos *Manuscritos econômico-filosófico de 1844*. Antes mesmo da sua ação prática para essa transformação, o homem antecipa, em sua mente, uma teleologia e busca a finalidade desejada, o que, necessariamente, resulta na produção do novo, tanto em relação aos objetos criados como em relação aos complexos sociais nos quais se insere a educação. Esse ato de construção e reconstrução da historicidade humana se dá de modo dialético conforme o trabalho desempenhado e as relações sociais que dele decorrem. Estas vão se tornando mais complexas, exigindo dos homens um conhecimento mais aprimorado e sistematizado para atingir um novo fim desejado, com modificações que vão interferir nos processos de ensino e aprendizagem.

Falando sobre a construção da história humana e da necessidade de educação para esse processo, Saviani (2013, p. 13) diz que

O que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos conjuntos dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para garantir esse objetivo.

Ao construir historicamente a natureza humanizada, o homem estabelece os seus costumes, o seu convívio em sociedade. A especificidade de cada período é resultado do modo de produção do seu trabalho, que implica um tipo de educação, passando por várias formas, até chegar à educação institucionalizada, cujo modelo de ensino mais sistematizado é a educação escolar.

As primeiras teleologias voltadas para a educação formal no Brasil se deram na metade do século XVI, quando, em 1549, o governador-geral Tomé de Souza trouxe os

jesuítas, sob a chefia de Manoel da Nóbrega, com a missão de catequizar os colonos do novo mundo. Devemos ressaltar que o tipo de produção era agrário-exportador e o trabalho, escravista. A educação servia como instrumento voltado à catequese¹⁰ dos povos da colônia, para aculturação de costumes exteriores aos dos índios, sem levar em consideração os costumes dos silvícolas.

Desse modo, a posição teleológica voltada para a educação dos índios terminava por estabelecer o início de um ensino dual, que vai se consolidando até a modernidade, quando se intensifica tal dualidade.

Reforçando essa dualidade, na época, os jesuítas eram apoiados pela Coroa e pelas autoridades da colônia, o que facilitou a construção da estrutura educacional jesuítica durante muito tempo no país, com uma vertente religiosa e método tradicional de ensino, no qual o professor detinha o conhecimento, método que foi chamado de *Ratio studiorum*¹¹, e cujas ideias, conforme Saviani (2011, p. 58),

[...] correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional. Essa concepção pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano.

Nesse sentido, a educação seria o meio de produzir um homem conforme a posição teleológica empregada, voltada para os padrões estabelecidos. No entanto, apesar da educação servir a determinados interesses, podemos ressaltar que ela é fundamental ao desenvolvimento do homem e deve conduzi-lo para a sociabilidade, bem como para a aquisição dos saberes e do agir. A educação deve ser pensada conforme a realidade na qual está inserida, tornando-se fundamental ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, pois estes estão constantemente agindo sobre a natureza, através do trabalho,

¹⁰ Esclarecendo esses temas, podemos remeter a Saviani (2011, p. 29), ao dizer que a catequese é “[...] entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores”. Colônia significa “[...] espaço que se ocupa, mas também terra ou povo que se pode trabalhar ou sujeitar” (SAVIANI, 2011, p. 26) e aculturação se relaciona à “[...] educação instaurada no âmbito do processo de colonização [...] já que as tradições e os costumes que se buscava inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonização” (SAVIANI, 2011, p. 27).

¹¹ Em 1564 a Coroa portuguesa “[...] adotou o plano da redízima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos. Nessa nova situação, as condições materiais tornaram-se muito favoráveis, como mostra Luiz Alves de Mattos (1958, p. 275-297), ao estabelecer um confronto entre o período heroico e o período subsequente que marca o último quartel do século XVI, tomando os aspectos da alimentação; vestuário e calçado; remédios e assistência hospitalar; viagens por terra; viagens por mar; colégios e casas da Companhia de Jesus; e estudos. Em todos esses aspectos. Ressalta-se o contraste entre as dificuldades e as privações enfrentadas na primeira fase e as facilidades e o conforto usufruídos na segunda. Coincidindo com essa fase de prosperidade da missão jesuítica no Brasil, a Companhia de Jesus deu início à elaboração de um plano geral de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem em todo o mundo, o qual ficou conhecido pelo nome de *Ratio Studiorum*” (SAVIANI, 2011, p. 49-50).

modificando a natureza e a si mesmo. Desse modo, o método desempenhado nesse período não estava voltado para tornar o educando um ser criativo. A esse respeito Romanelli (1997, p. 34) diz que

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificação para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais da vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão de obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo.

Com a expulsão dos jesuítas, decorrente das reformas pombalinas, houve a tentativa de implantar métodos educacionais considerados modernos, que fossem baseados nas ideias iluministas, controversas à vertente religiosa, que considerava o homem um ser racional capaz de condicionar suas relações em sociedade, tendo a educação como o meio ideal de chegada do homem à razão humana. Podemos perceber aqui o advento de novas posições teleológicas.

Até aqui o ensino formal no país não estava bem consolidado devido a questões conflitantes de ideias tanto em relação às questões materiais (precárias) quanto às concepções tradicionais, liberais e científicas, o que fazia o sistema apresentar dificuldades de organização. A superação das dificuldades de organização tornava-se crucial para o desenvolvimento do sistema educacional e para a procura de novas alternativas. O estabelecimento de novas teleologias ficava cada vez mais urgente.

Uma das reformas educacionais resultantes dessa necessidade relaciona-se à questão da obrigatoriedade escolar para crianças com mais de sete anos de idade. Couto Ferraz, seguindo ideias iluministas, responsabiliza os pais pelo compromisso com a educação dos filhos. Os progenitores seriam punidos com multa em caso do não cumprimento da lei. Esta reforma não se estendia aos filhos dos escravos, o que deixa claro que o ensino continuava a ser elitizado. Durante o fim do Império e por um longo período da Primeira República, os debates em torno das questões educacionais e o problema da instrução pública se intensificaram. Destacava-se a questão de uma teleologia voltada para a organização de um sistema nacional de ensino. De acordo com Saviani (2011, p. 159),

Na fase propriamente imperial, que se iniciou no final da década de 1860, as discussões desenrolaram-se sobre um pano de fundo comum: o problema da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, atribuindo-se à educação a tarefa de formar o novo tipo de trabalhador para assegurar que a passagem se desse

de forma gradual e segura, evitando-se eventuais prejuízos aos proprietários de terra e escravos que dominavam a economia do país.

Durante o processo transitório de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, a questão educacional foi amplamente discutida, visto que agora as crianças, filhas dos escravos, e os próprios escravos livres não poderiam ficar na “ignorância” ou na “ociosidade”. Foram criadas as fazendas-escolas e as colônias agrícolas, que foram perdendo a sua função à proporção que os imigrantes garantiam a continuidade da produção. O contexto econômico desse período estava diretamente relacionado à cafeicultura. Seus dirigentes compreendiam a importância do governo para o bom funcionamento e o rendimento de sua atividade, já que o café era o principal produto capaz de expandir o comércio do país. Porém, com o fim do trabalho escravo e a nova forma de trabalho, o trabalho livre surgia com o amparo da ideologia liberal. Agora a posição teleológica da educação volta-se para novas funções, principalmente no que diz respeito ao preparo do homem para o trabalho assalariado.

Contudo, a educação ainda não dava conta para tal fim, uma vez que, além do trabalho assalariado não resolver os problemas sociais, ainda assim a educação não conseguia atender a tal teleologia. O trabalho passava a ser livre, mas o problema seria agora “[...] como fazer trabalhar quem já não era mais escravo” (CUNHA, 2000a, p. 36). A instrução assumia o papel de não recusar o trabalho por parte dos ex-escravos. Portanto, mesmo a teleologia da educação voltada para o trabalho assalariado ainda deixava a desejar tal concretização.

Com a Proclamação da República em 1889, a instrução para o trabalho continuou sendo perseguida. Contudo, a República se consolida sob um caráter elitista. No tocante às questões econômicas e sociais, as mudanças não sofreram grandes alterações, prevalecendo os interesses das classes dominantes.

As reformas educacionais que pretendiam o desenvolvimento do país com ensino gratuito e laico não conseguiam se realizar, visto que os baixos recursos e os conflitos de concepções pedagógicas dificultavam a organização e a concretização de uma teleologia voltada para a instauração de um sistema educacional. Com a instauração da Associação Brasileira de Educação (ABE), nos anos 1920, há, pela primeira vez, uma maior capacidade de organização educacional, o que causa uma reação católica controversa aos ideais da associação. Isso se explica pelo fato de muitos integrantes estarem ligados ao liberalismo. Esse ambiente de debates educacionais foi inicialmente influenciado por militantes do catolicismo. Num segundo período, a maioria dos seus membros defendia o escolanovismo, o que resultou uma disputa entre liberais e conservadores. Podemos perceber, aqui, que aquela teleologia voltada para a criação de um sistema de ensino encontrou bloqueios para a sua

efetivação mediante os conflitos de ideias expressas pelos defensores do Estado laico, com viés liberal, e os opositores, com a vertente religiosa.

No entanto, foi nos anos de 1920 que o papel da educação pública ganhou um impulso, com as Reformas de Sampaio Dória, abrindo um processo de ensino cuja teleologia estava voltada para todos, e não apenas para a classe dominante, como até então. Os debates em torno de questões liberais consideravam o ensino como um mecanismo de entendimento, por parte do povo, das questões políticas. A década marca o advento de ideias revolucionárias pelo mundo que influenciavam, no Brasil, as lutas por parte dos trabalhadores com ideário libertário. Estes, através da criação de sindicatos e partidos socialistas, criticavam o uso da escola como instrumento de subordinação, reivindicando a gratuidade escolar do ensino público, a laicidade e o ensino técnico-profissional¹².

Manifesta-se, assim, um ideário que vai desembocar, na década de 1930, na criação do Ministério de Educação, cujo objetivo visava, principalmente, à unificação dos sistemas isolados da educação quanto às diversas modalidades de ensino, bem como ao estabelecimento dos mecanismos de relação da esfera federal com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Nesse sentido, as teleologias estabelecidas voltavam-se para a educação como direito de todos, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, a educação laica, a democratização no país, etc. Tais princípios eram, de um modo geral, a esperança da Escola Nova, que combatia o individualismo e o tradicionalismo do ensino dual, fazendo surgir, com ela, ideais de democratização do ensino.

Portanto, somente no período de 1930 é que há no país uma preocupação quanto à qualidade do ensino ofertado, exigindo da política educacional uma teleologia voltada para a unificação e a continuidade dos diversos tipos de educação. O país passava por fortes transformações políticas, econômicas e sociais. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, surgido em 1932, impulsionado pelo escolanovismo, defendia o entrelaçamento das reformas econômicas com a política educacional, logrando a criação de “[...] um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país” (AZEVEDO, 2010, p. 33).

Algumas das ideias desse manifesto foram incorporadas na promulgação da Constituição de 1934. Devemos lembrar que tais ideias não estavam relacionadas ao governo em questão, elas já vinham sendo defendidas há algum tempo. Na década anterior, o processo de industrialização que atingia o quadro brasileiro repercutia no desenvolvimento do país e

¹² Podemos perceber aqui os primórdios de uma teleologia voltada para uma educação profissionalizante que atendesse aos interesses imediatos não só dos donos dos meios de produção, mas também da classe trabalhadora, ávida por uma preparação para entrar no mercado de trabalho.

exigia uma qualificação profissional de acordo com as mudanças da época. Desse modo, o novo método de ensino que os pioneiros da educação defendiam deveria considerar as mudanças sociais e a formação moral do indivíduo, reconhecendo o trabalho como responsável pela formação do homem com princípios educacionais laicos, oferecendo um ensino público gratuito e obrigatório para todos, defendendo a igualdade e combatendo o dualismo. Podemos considerar o Manifesto como sendo o primeiro plano nacional de educação. Ciavatta (2009, p. 98) diz que

Com o fim do Estado Novo, em 1945, iniciou-se a volta à normalidade democrática; com ela, houve a emergência progressiva dos setores populares e da atividade política. A sociedade demandava a transformação das velhas estruturas e mais educação, reivindicação que havia desde as décadas anteriores. O movimento se fez mais perceptível como demanda à escola secundária, cuja matrícula quase triplicou de 1940 a 1960. Em nível nacional, o sinal mais expressivo dessa demanda está nas Leis de Equivalência, no decorrer dos anos de 1950, e na lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (lei 4.024, de 20 de dezembro), que permitiu a integração completa dos diversos tipos de educação secundária e média (propedêutica, profissional e técnica) entre si e com o ensino superior.

O que notamos, frente ao exposto, é que foram várias as tentativas de uma reforma educacional sólida para o Brasil. Porém, de um modo ou de outro, as diversas reformas sempre estiveram atreladas à esfera econômica, sendo a relação com o trabalho o ponto central de modernidade. Mesmo assim as teleologias voltadas para as reformas do ensino não cessavam. Com o surgimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, houve a instalação do Conselho Federal de Educação, que previa a criação de um Plano Nacional de Educação. O responsável por essa elaboração foi Anísio Teixeira, um dos representantes do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que apresentou esse plano ao MEC, tendo este sido homologado em 1962.

Com a revolução em 1964, o governo passa para as mãos dos militares, e a educação fica submetida a regimes mais autoritários, mesmo preservando muitos dos ideais já existentes. É nesse sentido que, na década de 1960, assistimos no Brasil ao auge e ao declínio da Pedagogia Nova, pois, além da difusão do processo de industrialização no país, a partir do momento em que a educação passa para as mãos dos militares, os delineamentos que conduziam a teleologia da Escola Nova são revistos, e a visão pedagógica da próxima década será a da Escola Tecnicista. Desse modo, a concepção da escola nova perdeu lugar para uma concepção produtivista de educação, cujo parâmetro educacional é o “saber fazer”. Isso em virtude de estar pautada nos moldes econômicos da indústria capitalista. Saviani (2013, p. 77) diz que

A influência tecnicista, então, impõe-se; é na década de 1970 que o regime militar tenta implantar uma orientação pedagógica inspirada na assessoria americana, através dos acordos MEC-Usaid¹³, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da chamada pedagogia tecnicista.

Na pedagogia tecnicista, a escola era reorganizada em busca de manter um maior equilíbrio do sistema econômico. Havia minuciosas instruções sobre cada atividade a ser desempenhada na escola, visando a uma maior eficiência do ensino para um bom rendimento no mercado do trabalho. Desse modo, as mudanças no campo científico e tecnológico exigiam novas teleologias no campo da educação, no sentido de preparar um trabalhador capaz não só de desempenhar a força física de forma prática, mas de operar as máquinas que seriam introduzidas ao processo de trabalho. Assim, a educação profissional seria essencial para o aperfeiçoamento de métodos, que, baseados no processo fabril, sofreram alterações e se incorporaram aos métodos educativos, exigindo do educando uma mecanização do seu aprendizado. É desse modo que em 1971 é promulgada a segunda LDB, cuja teleologia para o ensino médio público (na época segundo grau) centralizava-se na formação profissional¹⁴, com vista a atender a indústria brasileira no sentido de preparar mão de obra barata e, ao mesmo, tempo qualificada. Nesse período o Brasil estava com as propostas educacionais baseadas na “teoria do capital humano”, o que resultou em um estreitamento das relações políticas sobre questões educacionais com os Estados Unidos. Assim, os acordos realizados entre MEC/Usaid visavam ao desenvolvimento econômico do país, reorganizando a teleologia do seu sistema educacional com técnicas e diretrizes desenvolvidas pelos norte-americanos. Devemos ressaltar que, mesmo diante da predominância tecnicista, a década de 1970 também marca os estudos voltados para uma visão crítica a essa tendência produtivista do ensino.

No final dos anos 1980, reacende-se o debate acerca da dualidade em torno do ensino médio e da educação profissional no país. Nesse contexto, surge um discurso político e ideológico de reforma da educação profissional, sob a alegativa de que o investimento do governo para proporcionar a formação até o nível superior demandava alto custo. Assim, surgem novas teleologias para a educação profissional capaz de proporcionar, com mais rapidez, a entrada do egresso do curso técnico no mercado de trabalho. Cunha (2000b) comenta que, em 1989, o relatório do Banco Mundial embasou ainda mais estas discussões.

¹³ Série de acordos produzidos nos anos 1960 entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo da educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi ocorrido no ano de 1976 (MINTO, 2006).

¹⁴ Historicamente a educação profissional e suas políticas educacionais foram marcadas por forte dualismo, cujo panorama era evidenciado por uma educação profissional dissociada da educação propedêutica ao ensino superior. Nela, o ensino profissional era destinado às classes trabalhadoras e a educação propedêutica, às elites.

A dualidade entre o ensino profissional e o ensino acadêmico foi reforçada ainda mais no governo Fernando Henrique Cardoso, que incorporou tais ideias com as seguintes ações: 1) flexibilização dos currículos com foco nas mudanças do mercado de trabalho; 2) aproximação das escolas com o empresariado, funcionamento autônomo das escolas técnicas e CEFETs.

Cunha (2000b) afirma que o Decreto n.º 2.208/97 e a Portaria Ministerial n.º 646/97 radicalizaram a separação entre ensino médio (chamado acadêmico) e ensino profissional (denominado na LDB de 1996 de “educação profissional”) ao desarticular o ensino integrado a essas duas modalidades.

Destacamos ainda que a LDB de 1996 apresenta várias perspectivas para o estabelecimento de novas teleologias¹⁵ voltadas para a educação profissional, defendendo um ensino médio sob uma concepção profissionalizante, focada no trabalho. Além disso, define níveis para a educação profissional (básico, técnico e tecnológico).¹⁶

No Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Decreto n.º 2.208/97 é revogado pelo Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que resgata a ideia de articulação entre ensino médio acadêmico e educação profissional. Além do mais, esse novo decreto busca consolidar a base unitária de ensino médio, incluindo a formação específica para o exercício das profissões técnicas, possibilitando a abertura para formação integral, apesar de não garantir a sua efetivação, uma vez que flexibilizaria a oferta de curso técnico concomitante e técnico subsequente. O curso técnico concomitante é destinado aos alunos que fazem o ensino médio em instituição de ensino diferente da instituição do curso técnico; já o subsequente destina-se aos alunos que concluem o ensino médio e desejam fazer um curso profissionalizante.

O atual panorama social e educacional evidencia a expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além da ampliação da oferta de vagas em todo o território nacional, implicando diversos desafios às instituições, com destaque para a garantia de estratégias que promovam a inclusão social por meio do acesso a uma educação de qualidade.

¹⁵ Dentre essas novas teleologias, podemos citar aquela voltada para o Pronatec, objeto do nosso estudo.

¹⁶ O Art. 3.º do Decreto n.º 2.208/97 diz que a educação profissional compreende os seguintes níveis: I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III - tecnológico: correspondente a Cursos de nível superior na área tecnológica, destinados à egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997a).

Nos últimos anos, houve uma significativa expansão e adequação do quadro pedagógico da rede pública de ensino profissionalizante. Frente a isso, o governo lança em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que se caracteriza como mais um programa no âmbito da formação profissionalizante. Tal assunto, que será desenvolvido posteriormente, faz-nos ressaltar a questão do trabalho como princípio educativo, no sentido de demonstrarmos que o modo de produção, com suas variações, leva sempre a um tipo de educação. Em virtude dessa temática, além do nosso amparo teórico no pensamento de Lukács, tomaremos também as concepções de Saviani.

2.3 O trabalho como princípio educativo: destacando a teleologia da educação profissional

Sabemos que o trabalho é a categoria que funda o homem enquanto ser social. O trabalho é assim instaurado pelo fato de que o homem necessita deste ato para que possa existir socialmente e dar continuidade à sua espécie. Estamos falando do trabalho no seu sentido mais amplo, independentemente de qualquer forma social, uma vez que, segundo Marx (1985), ele assume no capitalismo um duplo aspecto, criador de valor de uso e de valor de troca, simultaneamente.

O aspecto do trabalho enquanto criador de valor de uso é o sentido a que iremos nos referir neste tópico, para que, assim, possamos mostrar como ele desempenha um princípio educativo para os homens. Devemos ressaltar que este princípio fundamental do trabalho não se perde, mesmo quando é desempenhado no modo de produção capitalista, expressando-se de forma estranhada. Portanto, mesmo nesse caso, ele não deixa de exercer a sua função de originário da existência humana em sociedade.

Nesse sentido, Lukács (2013, p. 43) diz que “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”. Nesta passagem o autor deixa claro que, para garantir a sua própria existência, o homem realiza trabalho. Isto se dá pela transformação da natureza para atender às suas necessidades. O homem é um ser que pertence à natureza, mas, diferentemente dos demais animais, desenvolve o seu trabalho de forma consciente, racional, adaptando a natureza inorgânica à suas exigências. Já o animal realiza a sua atividade sempre da mesma maneira repetitiva, sem possibilidades de mudar. Marx (1989, p. 165, grifo nosso) diz que

A construção prática de um *mundo objetivo*, a *manipulação* da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico. Sem dúvida o animal também produz. Faz ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para suas crias; produz apenas numa direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz unicamente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza [...]

O homem produz e reproduz a natureza conscientemente e cria uma gama de complexos que gera um tipo de sociabilidade, fazendo a sua historicidade, quer dizer, a sua vida enquanto ser genérico. O homem é um ser processual que age sobre a natureza para a construção prática da sua vida em sociedade, implicando um determinado tipo de lei, de educação, de família, de religião etc. Ele age conscientemente sobre a natureza se objetivando nela por meio da produção dos seus bens, tornando a natureza humanizada e, ao mesmo tempo, tornando-se um ser hominizado. Todo esse processo de transformação que faz surgir o novo requer etapas de ensino e aprendizagem para que o homem desenvolva as suas potencialidades no trabalho e nos complexos sociais que dele derivam. Assim, o homem se humaniza, produz os meios para sua subsistência, adquire conhecimentos que são específicos em cada sociabilidade, de acordo com o período histórico. É nesse sentido que podemos falar do trabalho como princípio educativo, ou seja, em cada tipo de produção é desenvolvido um tipo de processo educativo, incluindo a educação escolar. A esse respeito, Saviani (2004, p. 175) salienta o que segue:

Pode-se afirmar que o trabalho foi, é e continuará sendo princípio educativo do sistema de ensino em seu conjunto. Determinou o seu surgimento sobre a base da escola primária, o seu desenvolvimento e diversificação e tende a determinar, no contexto das tecnologias avançadas, a sua unificação.

Portanto, a realização da posição teleológica do trabalho (posições primárias) exige um aprender, uma aquisição dos conhecimentos cujo processo ocorre na vida social por meio de instituições (posições secundárias), predominando, no capitalismo, a instituição escolar. Podemos afirmar que o trabalho como princípio educativo é inerente ao homem como ser social, faz parte da sua constituição, sendo “[...] instância de produção e reprodução da vida social dos homens” (NOBRE LOPES, 2013, p. 64).

Marx diz que, conforme o modo de produção do homem, assim será a sua sociabilidade, o que inclui a educação. Portanto, é do trabalho que decorrem todas as relações sociais e, conseqüentemente, a educação, o que permite ao homem o aperfeiçoamento dos

seus conhecimentos e das suas habilidades, criando ideias, objetos, costumes, etc., que passam às gerações futuras, desenvolvendo as ciências para um suporte sistêmico e tecnológico que se amplia e se modifica historicamente.

Cada sociedade, nos diferentes momentos da história, possuiu a sua própria marca de produção e reprodução da existência humana. Isso se deu pela forma como os homens trabalhavam em cada uma dessas sociedades. Saviani (2003, p. 133) diz que

É possível detectar, ao longo da história, diferentes modos de produção da existência humana que passam pelo modo comunitário, o comunismo primitivo; o modo de produção asiático; o modo de produção antigo, ou escravista; o modo de produção feudal, com base no trabalho do servo que cultiva a terra, propriedade privada do senhor; e o modo de produção capitalista, em que os trabalhadores produzem com meios de produção que não são deles.

O autor comunga com Marx, ao considerar que a historicidade do homem é decorrente da sua forma de trabalho e deixa claro na passagem, supracitada, como a evolução dos meios de produção determinou, concomitantemente, a evolução humana. No período em que as classes sociais eram inexistentes e o modo de produção era comum a todos, conhecido como “comunismo primitivo”, a educação era adquirida através da produção direta para a subsistência, com o trabalho lidando com a terra e na relação direta entre os homens. À medida que o modo de produção se tornou mais elaborado e houve a necessidade de o homem fixar sua moradia, surgiu a divisão de classes: os que possuíam propriedades e os que não possuíam.

É assim que, na antiguidade, o trabalho era realizado pelos não proprietários de terra, que trabalhavam para garantir o seu sustento e o dos seus senhores. A não necessidade do trabalho físico por parte dos proprietários impediu que eles fossem educados da mesma forma que o trabalhador, isto é, através do trabalho. A classe dominante, ociosa, passou a ser educada nas escolas, de maneira específica e não voltada ao trabalho, mas sim para ocupar o tempo livre. Já a educação da maioria, da classe que trabalhava, continuava sendo voltada para a produção destinada aos senhores feudais. Isso nos permite identificar a gênese do que se tornará o sistema dual de ensino, que prevaleceu e ainda prevalece no quadro educacional brasileiro. Ainda neste período, o trabalho escravo passou a ser servil, mas, no tocante à educação escolar, esta continuou a ser voltada para a ocupação do tempo livre dos privilegiados.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e o advento do capitalismo, a relação trabalho e educação passa a requerer o estabelecimento de novas teleologias que atendam as exigências do novo sistema produtivo. Assim, o trabalho, como princípio

educativo, remete à necessidade de uma educação que prepare o indivíduo para as atividades profissionais sob a égide do direito à educação para todos. Deste modo, a educação acabou por se tornar um instrumento do poder econômico. Porém, mesmo diante desse viés, o trabalho não deixa de ser o princípio educativo em seu conjunto, uma vez que ele se vincula à própria forma de ser dos homens na sua sociabilidade. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 2) destacam que “É dentro dessa perspectiva que Marx sinaliza a dimensão educativa do trabalho, mesmo quando o trabalho se dá sob a negatividade das relações de classe existentes no capitalismo”.

Portanto, o progresso cultural e tecnológico baseado na indústria e na cidade inverteu o tipo de sociedade e a mecanização dos modos de produção. A sociedade capitalista que se instaurou exigiu o aperfeiçoamento do trabalhador, que teve o ideal da força produtiva associado ao conhecimento e que passou a se organizar através de contrato.

No Brasil, durante o período de industrialização, a proposta do governo era o desenvolvimento econômico nacional. Houve um significativo crescimento industrial no país nos anos de 1930 a 1960, visto terem sido implementadas leis que regulamentavam o trabalho. Privilégios foram concedidos por parte do governo às empresas brasileiras para que o mercado interno fosse reforçado ao ponto de reduzir as importações e substituir por exportações. Assim, o mercado interno tenderia a crescer.

Para atender a esse crescimento, acentua-se a teleologia da educação, na década de 1930, de escolas técnicas rurais para fixar o homem no campo e a criação de “[...] estabelecimentos profissionalizantes ao nível industrial e comercial” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 44) para as cidades. Com a Reforma Capanema, na década de 1940, a teleologia estabelecida anteriormente é regulamentada por decretos: ensino industrial, Decreto-Lei n.º 4.073, de 31 de janeiro de 1942; ensino comercial, Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943; ensino agrícola, Decreto-Lei n.º 9.613, de 28 de agosto de 1946. Para atender ainda aos interesses imediatos do processo de industrialização crescente no Brasil, uma nova teleologia é posta: o ensino profissionalizante em paralelo com a rede pública – o Senai, em convênio com a Confederação Nacional de Indústria, e o Senac, em convênio com Confederação Nacional do Comércio. Com esses últimos, inseridos no sistema “S”¹⁷, obteve-se mão de obra mais qualificada com custo menor e em menos tempo, pois aqui “[...] os alunos passaram a receber um salário para estudar e iniciar treinamento nas próprias

¹⁷ O Sistema S é composto pelas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Há também os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST).

empresas, o que tornou essa rede de ensino mais atrativa para as classes populares” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 88).

Essas teleologias voltadas para a educação profissional, durante o Estado Novo (de 1937 a 1946), não deixou de proporcionar uma reforma elitista e conservadora, apesar de se criar e ordenar, pela primeira vez no país, um sistema de ensino profissionalizante. Não obstante, acentuou-se ainda mais o dualismo educacional instaurado desde os tempos dos jesuítas. Tal dualismo caracterizava-se principalmente “[...] com um ensino secundário público destinado às *elites condutoras* e um *ensino profissionalizante* para as classes populares” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 84, grifo nosso).

Esse dualismo foi reforçado ainda mais nas décadas seguintes. O Estado, com sua forte presença voltada para a modernização, estabeleceu um plano de metas durante os anos de 1956 a 1961, que visava à urbanização do país, principalmente no campo da infraestrutura e energia, o que repercutiu nos condicionamentos da educação escolar.

Aqui podemos destacar as novas teleologias voltadas para a educação profissional cujas exigências dirigem-se para os requisitos do setor econômico, uma vez que tais exigências têm em vista a participação dos indivíduos no trabalho produtivo. Percebe-se, então, a necessidade de um ensino técnico voltado para a indústria. Sobre esse período inicial do desenvolvimento industrial no país, Cunha (2000b, p. 135) diz que

Duas leis e um decreto, promulgados nos anos de 1959 e 1961, alteraram a estrutura do sistema de ensino técnico industrial: a Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que previu novo regulamento para as escolas técnicas federais; o Decreto n. 47.038, de 16 de outubro de 1959, que estabeleceu o regulamento do ensino industrial, repetindo muitos pontos da Lei n. 3.552, delineou a rede federal de escolas técnicas e estabeleceu a competência da Diretoria do Ensino Industrial; e a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Tais leis foram estabelecidas inicialmente para acompanhar as propostas de desenvolvimento no campo industrial, que necessariamente repercutiram nos trabalhadores e no ensino voltado para eles. As instituições federais de ensino profissionalizante receberam condições para o desempenho autônomo de sua didática e gestão dos recursos financeiros, pois foram nomeadas como autarquias. Para esse fim, o processo educacional foi inspirado no princípio de liberdade e adquiriu formas para se adequar ao processo de qualificação do trabalhador para o desenvolvimento, estando “[...] o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio” (BRASIL, 1961, p. 1). É nesse período que a tendência tecnicista no modelo educacional se acentuou e os investimentos que eram destinados à educação priorizavam a formação de técnicos.

Essa mesma Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1961, no seu capítulo III, reza sobre o ensino técnico de grau médio, abrangendo os cursos industrial, agrícola e comercial. Essa lei incorporou medidas sobre a modalidade de ensino técnico que já haviam sido estabelecidas nas décadas anteriores. Assim, mencionava-se a obrigação das empresas industriais e comerciais em ministrar ensinamentos de ofícios e técnicas para o trabalho aos menores que fossem seus empregados, obrigatoriedade que já havia sido estabelecida na Constituição Federal de 1937.

Porém, essa obrigatoriedade foi consolidada com a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que versava sobre a profissionalização compulsória das classes menos favorecidas. Quer dizer, todo o ensino médio público passou a ser profissionalizante, ao passo que o propedêutico para o ensino superior continuou sendo ofertado, porém somente pelas escolas particulares. Aqui, reforça-se uma teleologia voltada para o dualismo na educação brasileira cujo ponto norteador consiste na divisão entre ensino público e ensino privado. Na década de 1970, acreditando-se no milagre econômico brasileiro, mais uma vez se apostava, com o ensino profissionalizante, na criação de condições para a formação de mão de obra, agora voltada para a importação tecnológica e o incremento da modernização no país. Novamente, temos aí uma teleologia voltada para o setor econômico e para a classe dirigente.

No entanto, essa generalização, na escola pública, do ensino profissional de nível médio não pôde vigorar, uma vez que tal formação era de baixa qualidade, não atendendo aos interesses do cenário econômico do país, isto é, não atendeu ao mercado de trabalho necessário da época. É assim que a profissionalização compulsória é revogada pela Lei n.º 7.044/82, que facultava às instituições de ensino público (e privado) oferecer ou não o ensino profissional.

Contudo, a valorização do trabalho técnico foi incorporada a um ideário popular, levando o povo a crer que o homem que trabalhasse seria considerado digno, estando a falta de emprego associada à falta de qualificação para o trabalho por parte do trabalhador. Deste modo, o Estado ficaria menos responsabilizado pelos acontecimentos das questões sociais. Assim, os estudantes de nível técnico vislumbravam uma oportunidade de emprego, embora estes desejassem dar continuidade aos estudos e ingressar em faculdades, associando o diploma de técnico como meio de “[...] propiciar um emprego remunerado que apoiasse as tentativas de ingressar num curso superior e, posteriormente, manter os estudos. No caso do fracasso nos vestibulares, uma carreira profissional já estava sendo seguida” (CUNHA, 2000b, p. 144). Por esse viés, a teleologia no campo da educação profissional não era

destinada para a formação do homem em relação à sua realização profissional, e sim para os interesses da indústria e do mercado.

Portanto, o preparo do homem para a sua vida em sociedade e para a realização do seu ser mais uma vez deixou a desejar no estabelecimento da teleologia no âmbito da educação profissional.

Como já mencionamos, a profissionalização compulsória relativa à Lei n.º 5.692/71 foi substituída pela Lei n.º 7.044/82, visto que não se conseguiu a causalidade esperada no ato do seu estabelecimento no sentido de atender ao setor econômico. Isso ocorreu porque a sua teleologia voltava-se para a “qualificação para o trabalho”, o que exigia altos custos e professores especializados. Agora, na Lei n.º 7.044/82, a teleologia voltava-se para “o preparo para o trabalho”, cuja intenção se tornou a de preparar mão de obra barata com menor custo e em menos tempo.

Sabemos que o desenvolvimento produtivo recai sobre os delineamentos educacionais. O cenário brasileiro, na época, apresentava mudanças tanto no tocante às questões políticas quanto no que se referia aos aspectos econômicos e sociais, visto que havia passado de um período marcado pela forma autoritária de governar o país para um período em que a população reivindicava mais democracia e direitos para o povo, incluindo nestes uma educação pública e gratuita para todos. As questões educacionais foram amplamente discutidas no final dos anos 1980 e após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Os debates e negociações educacionais que a antecederam resultaram na garantia de um Estado mais comprometido com a educação, assegurando, em seu artigo 208, “[...] a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e o acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (KUENZER, 1997, p. 26).

Para essa consecução havia a necessidade do estabelecimento de posições teleológicas voltadas para a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, mesmo quando já havia uma garantia, no texto constitucional, de princípios básicos para esse fim. A sociedade aspirava por um sistema de ensino com base democrática e que fosse pensado em conjunto por seus representantes. É assim que a década de 1990 apresenta novas teleologias para a educação brasileira. Após longos debates envolvendo responsáveis por tais questões no país, o resultado foi concretizado na proposta para a promulgação da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Sobre as propostas para a criação dessa Lei, Kuenzer (1997, p. 30) afirma que

Exatamente por representar a síntese entre a produção científica e as demandas da sociedade, construída por meio de amplo e democrático debate, o texto apresenta uma característica que o diferencia dos anteriores: trata do Sistema Educacional em sua dimensão de totalidade, a partir da opção pela concepção de educação básica unitária, comum para todos os cidadãos, que perpassa e organiza todo o texto.

A autora comenta ainda que – apesar de a LDB de 1996 definir a educação através de um conceito mais amplo, superando a ideia de escolaridade, no sentido de que ela ocorre no interior das relações sociais e de acordo com o seu modo de produção, vinculando assim a educação ao trabalho – a educação permanece direcionada para um sistema dual de ensino, principalmente em relação à formação profissional. Nesse sentido, podemos afirmar que a teleologia aí estabelecida não se volta para essa formação, de modo efetivo. Isso ocorre porque, além de a LDB permitir a criação de cursos profissionalizantes em paralelo à concepção de educação básica, também ela não deixa claro ou “[...] não esgota a questão da formação técnico-científica, que deverá ser objeto de um outro sistema paralelo: o Sistema de Educação Tecnológica” (KUENZER, 1997, p. 31-32).

Podemos expor essa retomada da dualidade no tocante à modalidade do ensino profissional quando – após a promulgação da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e através do Decreto n.º 2.208/97, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, intermediado pela Resolução CNE/CEB n.º 04/99¹⁸ – possibilitou-se que as linhas básicas desta modalidade de ensino, que já estavam estabelecidas na LDB, fossem regulamentadas. Evidencia-se aí a dissociação entre a educação profissional e a educação propedêutica, estando o ensino profissional destinado às classes trabalhadoras e a educação propedêutica às elites que almejavam o ingresso no ensino superior. Tal dissociação educacional marca o governo do Fernando Henrique Cardoso, que, ao incorporar tais ideias, possibilitou um retrocesso das questões educacionais que já haviam sido conquistadas. Sobre essa política, Saviani (2008, p. 152) diz que

O cerne da política educacional do Governo FHC relativamente à educação profissional foi a separação entre o ensino médio e o ensino técnico. Isso significou voltar atrás no tempo, não apenas em relação à Lei n. 5.692 de 1971, mas em relação à LDB de 1961, já que esta flexibilizou a relação entre ramos do ensino médio de então, permitindo a equivalência e o trânsito entre eles, quebrando, assim, a “dualidade de sistemas” própria das reformas Capanema da década de 1940, na vigência do Estado Novo. Ora, é a essa dualidade que se retornou com o Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.

Portanto, a LDB de 1996 apresenta, na formulação de seu texto, uma concepção dualista do ensino profissional, considerando o ensino médio sob o foco do mundo do

¹⁸ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

trabalho. Em julho de 2004, uma nova teleologia é estabelecida para a educação profissional através do Decreto n.º 5.154 ao revogar o decreto anterior. O Governo do presidente Lula apresenta novas mudanças no ensino profissional ao estabelecer o decreto supracitado, pois retoma a articulação educacional desfeita no governo anterior. Isso passa a ser visto como um avanço no ensino profissional.

Dessa forma, após esse estabelecimento teleológico para os rumos da educação profissional, houve um resgate do ensino integral da educação profissional e básica. Contudo, a flexibilização da oferta de cursos permaneceu e com isso houve uma abertura para a modalidade de ensino ser ofertada em concomitância e subsequente ao ensino básico, mostrando, assim, que a qualificação ao trabalho não está compreendida nas bases de uma educação integral posta por ideais na elaboração da LDB.

Frente ao quadro educacional, não resta dúvida de que a possibilidade de flexibilização do ensino fez com que novos rumos fossem estabelecidos para a educação profissional. Desse modo, desde a LDB de 1996, o Brasil vem estabelecendo novas teleologias para a educação, principalmente no âmbito da educação profissional. É a partir desses pressupostos que em 2011 o governo lança o Pronatec.

O Pronatec foi criado por meio da Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011, e sancionado pela presidente da República Dilma Rousseff, tendo como finalidade a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira a serem executados pela União. Com essa teleologia em ampliar a oferta de educação profissional, o Pronatec visa, acima de tudo, capacitar o egresso para a sua inserção no mundo do trabalho, uma vez que o mundo globalizado exige novas capacitações e formações profissionais para o mercado de trabalho. Isso reforça os argumentos indicados no início deste capítulo, quando se demonstrou a intrínseca relação entre trabalho e educação, bem como a admissão de que o modo de produção e as relações sociais que daí decorrem vão determinar um tipo de educação, manifestando, assim, a dimensão do trabalho como princípio educativo.

Segundo Marx, o trabalho é a categoria fundante do homem enquanto ser social. Ele torna o homem um ser que pertence a uma espécie. Disso resulta que a sua vida social será instaurada pelo trabalho e mediada pelos complexos sociais que dele decorrem. Dentre esses complexos, está a educação, tanto no seu sentido amplo, como no seu sentido restrito, no nosso caso, a educação profissionalizante, que, necessariamente, deveria proporcionar a realização do egresso no seu trabalho. Trata-se aqui, para tomarmos o pensamento de Lukács

(2013), de uma conexão recíproca entre teleologia¹⁹ e causalidade, no processo sócio-histórico do homem.

3 TRABALHO E TELEOLOGIA

Neste capítulo iremos abordar, a partir do pensamento de Marx, e principalmente de Lukács, a temática do trabalho e o seu fundamento enquanto instaurador do homem como ser social e da sua sociabilidade.

¹⁹ Nobre Lopes (2006, p. 29 - 30) esclarece que “Lukács usa os termos posição teleológica, pôr teleológico e prévia-ideação no mesmo sentido, isto é, ambos significam o momento ideal, o estabelecimento de finalidades no âmbito da práxis humana, o que requer a mediação da consciência do homem. Portanto, não existe nenhum ato humano sem mediação da consciência, ou seja, sem o pôr teleológico (prévia-ideação) e a busca dos meios (conhecimento) para realizá-lo”.

Seguiremos demonstrando que nessa constituição não se pode prescindir da sua dimensão teleológica, no sentido de que toda a realização do trabalho ocorre mediante o estabelecimento de posições teleológicas tanto primárias, no ato direto do trabalho, quanto secundárias, nos complexos sociais que dele derivam, como a educação, por exemplo, incluindo aqui a educação profissional.

Ao delinear essas questões, falaremos da intrínseca relação entre teleologia e causalidade a partir da qual podemos ter possibilidades de escolhas e de resultados.

Toda essa cadeia do trabalho e das suas posições teleológicas aplica-se na formação profissional e tecnológica, que compreende um dos complexos sociais decorrentes do trabalho e, especificamente, da educação.

3.1 O trabalho em geral: categoria geradora do homem enquanto ser social

Não é novidade a posição de Marx, e depois de Lukács, sobre o fato de eles conceberem o trabalho como categoria geradora do homem enquanto ser social e, portanto, geradora da sociabilidade humana. Para esses autores, é partindo da centralidade do ato laboral que o homem se exterioriza e se faz um ser genérico através da interação com a natureza e com os outros homens, modificando a natureza ao mesmo tempo em que ele se automodifica. Nessa ação o homem produz os bens para atender as suas necessidades, ao mesmo tempo em que constrói a sua história.

Dessa forma, esse princípio do trabalho enquanto originário do ser social está diretamente associado ao que Marx considera acerca da dimensão do trabalho enquanto criador de valor de uso, condição eterna da sociabilidade humana, produto da ação consciente do homem sobre a natureza, que, na busca de satisfazer as suas necessidades, torna a natureza humanizada. Este processo de interação do homem com a natureza é inerente à sua existência e independente do modo como ele produz os seus bens, sendo necessário em qualquer período histórico. Marx, em sua obra *O capital*, esclarece essa posição ao se referir ao trabalho nos moldes do capitalismo:

A produção de valor de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo do trabalho deve ser considerado de início independente de qualquer forma social determinada [...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1985, p. 149).

O trecho supracitado nos permite perceber que essa atividade unicamente humana é vital para a existência do homem pelo fato de que através dela ele se faz um novo ser, ou seja, desenvolve-se humanamente. O homem, mesmo sendo um ser pertencente à natureza, necessariamente precisa garantir a sua existência por meio da transformação da natureza em objetos de uso. Isso o diferencia dos demais animais, tornando-o um ser social. O que possibilita essa transformação é a ação prática e consciente do homem sobre a natureza, por meio do trabalho e dos complexos sociais resultantes desse ato.

O homem vai se tornando cada vez mais humanizado ao transformar a natureza devido ao seu distanciamento da barreira natural, o que faz referência ao caráter transitório do ser biológico ao social, cujo salto podemos considerar apenas como uma ilustração hipotética uma vez que não há como saber o momento exato de tal salto. Reforçando essas considerações, Lukács (2013, p. 42-43) afirma que:

[...] não temos como obter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento [...] O salto, no entanto, permanece sendo um salto e, em última análise, só pode ser esclarecido conceitualmente através do experimento ideal a que nos referimos.

Ao se referir ao salto como não sendo possível de se ter um conhecimento preciso da tal transformação, Lukács tece as suas considerações no sentido de que se torna impossível uma reprodução exata desse momento através de experimentos. Contudo, a compreensão das determinações que funda o ser em sociedade passa pelo entendimento da categoria do trabalho, já que esta é a sua própria expressão atemporal.

Sabemos que o homem é um ser pertencente à natureza, assim como os demais seres; porém este ser, que se faz social pelo trabalho, diferencia-se dos demais pelo fato de que o seu ato laboral é resultado de uma teleologia prévia e consciente para a obtenção do objeto desejado para sua satisfação. Portanto, essa prévia ideação é condição essencial para a obtenção do produto desejado em decorrência do processo do trabalho. O que deve ficar claro é que não há possibilidades de se encontrar uma teleologia fora do homem, fora da sua práxis, pois é somente a partir do trabalho e dos complexos sociais decorrentes dele, segundo os fundamentos marxianos, que se pode falar de posições teleológicas estabelecidas pelo próprio homem. Sobre isso Lukács (2013, p. 52) explica que

O fato de que Marx limite, com exatidão e rigor, a teleologia ao trabalho (à práxis humana), eliminando-a de todos os outros modos do ser, de modo nenhum restringe

o seu significado; pelo contrário, ele aumenta, já que é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico.

Esse elevar-se da base orgânica ao social é exatamente a modificação do homem em seus atos puramente biológicos. Quando o autor se refere ao ato teleológico do trabalho humano ao falar que o homem se torna um novo ser autônomo, ele não só se refere ao fato de que o homem se afasta da barreira natural, eleva-se da base orgânica, como também relata a autonomia adquirida ao desenvolver o seu trabalho em busca da garantia da sua existência e satisfação. Porém, mesmo se fazendo social, o homem não perde a sua base natural, e estas esferas vão se modificando conforme o modo como ele produz e reproduz a sua existência, conforme o tipo de trabalho que ele desempenha, pois, quanto mais social se faz o homem, mais distante da barreira natural ele estará. Devemos esclarecer que isto não é algo predestinado ao ser, é construído pelo próprio homem consoante as suas determinações do trabalho e do agir prático em sociedade. O salto é como uma ruptura de um ser a outro qualitativamente novo, e não um mero e gradativo desenvolvimento de uma espécie que nasce, cresce e reproduz como identificamos nos demais seres.

Os demais animais da natureza se organizam conforme cada espécie e desempenham suas atividades garantindo a continuidade destas, adaptando-se à natureza de acordo com as causalidades naturais sem que haja mudanças quanto ao desempenhar de suas tarefas, ou seja, eles agem instintivamente e sempre do mesmo modo. Se observarmos o mundo natural, podemos dizer que cada ser desenvolve, dentro da sua espécie, uma atividade que garante a sua existência; porém, estes as fazem da mesma forma sem adaptações da natureza a si, uma vez que não estabelecem posições teleológicas. Eles se adaptam a todos os condicionamentos da natureza e, quando não se adaptam, vão se tornando cada vez mais raros até, em alguns casos, serem extintos. Já com os homens, segundo as suas necessidades, eles vão estabelecendo o seu modo de produção, transformando a Natureza e, ao mesmo tempo, autotransformando-se, e não simplesmente se adaptando a ela, o que o conduz para a sua realização enquanto ser genérico, um ser que não só busca a garantia da sua existência, como também produz de forma universal e objetiva perante a realidade natural, ou seja, produz para si e para os outros animais. Marx (1985) nos mostra a principal diferença entre a atividade do animal e a atividade do homem sobre a natureza por meio do trabalho. Diz ele que

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o

que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985, p. 149-50).

A materialidade objetivada resulta do estabelecimento teleológico do homem no trabalho que, ao subordinar a sua vontade ao fim aí estabelecido e a uma causalidade natural (porém não de modo passivo), buscando as condições propícias para essa realização, transforma uma causalidade natural em causalidade posta, criando uma nova objetividade, agora social, a partir da qual se gera a sua vida em sociedade, a sua sociabilidade, com todos os complexos sociais que a compõem. Não podemos dizer que encontramos essa objetividade social e o estabelecimento de teleologias no mundo animal. A subordinação da vontade à finalidade do trabalho e à causalidade natural é fundamental e necessária para a realização do processo do trabalho e para a exteriorização e objetivação do homem. É nesse processo de exteriorização e objetivação que o homem gera o seu conhecimento e transforma a natureza. A respeito dessa ação consciente do homem sobre a natureza, Nobre Lopes (2002, p. 91) afirma que

Neste ato, a consciência opera o pôr teleológico ao mesmo tempo em que examina as condições de possibilidades – de realização dessa teleologia – ao nível das conexões causais. Portanto, para que o homem transforme a matéria natural em social, vale dizer, para que realize determinado fim é necessário que ele tenha um conhecimento prévio das condições objetivas, da própria causalidade natural, dos seus limites, possibilidades, etc. Essa vontade tem que ser submetida – embora não seja de modo passivo – ao ordenamento externo, à causalidade externa.

Quando a autora se refere ao fato da subordinação à causalidade natural não se realizar de forma passiva, ela fortalece o nosso entendimento de que o homem é um ser ativo e que está em constante transformação buscando, através do seu trabalho, a melhor interação com o mundo natural para torná-lo sociabilizado. No entanto, a sua teleologia inicial está sempre relacionada a um resultado objetivo, a uma causalidade posta. Nas palavras da autora, “[...] a teleologia, portanto, é posta pelo homem que, através do trabalho, transforma uma causalidade espontânea em causalidade posta” (NOBRE LOPES, 2002, p. 91).

A objetividade do homem advinda do estabelecimento teleológico no processo do trabalho, o que Lukács chama de teleologia primária, resulta em uma transformação material e, ao mesmo tempo, imaterial, pois transforma a própria natureza do homem. Podemos dizer que, quando o homem tem que subordinar a sua vontade à causalidade natural e ao fim estabelecido no ato inicial do trabalho, essa subordinação se faz necessária não somente para

que o processo do trabalho se realize, mas, acima de tudo, para que se obtenha o fim. Nesse processo, torna-se fundamental a busca dos meios mais adequados para tal obtenção. Nessa processualidade, o homem transforma a natureza, produz a sua sociabilidade e a si mesmo. Trata-se da subjetivação da natureza na qual o homem imprime a sua marca. Trata-se, ao mesmo tempo, da objetivação do homem na interação com a própria natureza e com os outros homens. Percebe-se aqui, segundo Silva Filho (2005, p. 134), “[...] a objetivação como constituinte do ser humano, fazendo, pois, parte da sua própria essência, ela é a unidade homem e natureza e, portanto, necessária”.

Dessa interação homem e natureza, temos não somente o estabelecimento das teleologias primárias, mas também, no plano dos complexos sociais que daí derivam, das teleologias secundárias, nas quais se insere a educação e, no nosso caso, a educação profissional, destacando o Pronatec.

Vale ressaltar que para a realização das teleologias primárias, no âmbito do trabalho, e também das teleologias secundárias, no âmbito da superestrutura, o homem necessariamente precisa conhecer as condições objetivas para tal realização, o que remete à necessidade de uma aprendizagem. Portanto, o homem, para realizar o seu trabalho, precisa conhecer o mundo real, para ter consciência sobre como agir e transformá-lo em seu favor, “[...] tão-só sobre a base de um conhecimento pelo menos imediatamente correto das propriedades reais das coisas e processos é que a posição teleológica do trabalho pode cumprir sua função transformadora” (LUKÁCS, 1979, p. 19).

Frente ao exposto, percebemos os percursos que conduzem à práxis do homem, o seu agir sobre a natureza para a garantia de sua existência e, assim, para a construção da sua sociabilidade, o tornar-se ser humanizado, ser genérico através do trabalho. Portanto, não podemos relacionar o trabalho humano como algo simplesmente natural, pois se trata do resultado das ações conscientes dos homens sobre a natureza e sobre os demais homens, mediada e regulada por suas escolhas, individuais e coletivas.

Em suma, o trabalho na sua dimensão humana, enquanto gerador da práxis social, desenvolve o homem em suas potencialidades, gerando, assim, a sua sociabilidade de acordo com o modo de produção em cada período histórico. Para tanto, ocorre o estabelecimento de posições teleológicas que demonstram o agir consciente do homem sobre a natureza e os outros homens. Toda essa processualidade expressa uma intrínseca relação entre teleologia e causalidade. A respeito dessa inter-relação entre teleologia e causalidade, Nobre Lopes (2002, p. 93) diz que “É a teleologia (ideação) que desencadeia a causalidade da natureza e esta é

condição para a possibilidade da realização teleológica. Portanto, jamais teremos uma explicação apenas causal ou apenas finalística do fenômeno [...]”.

Assim, a categoria do trabalho em sua dimensão de criadora de valor de uso é uma condição essencial e eterna enquanto gerador da Práxis Humana. Como vimos, a realização do processo de trabalho é precedida da capacidade dos homens em estabelecer posições teleológicas que resultam na transformação da realidade natural e na transformação do próprio homem. Como diz Lukács (2013, p. 61),

Essa novidade consiste na realização do pôr teleológico como resultado adequado, ideado e desejado. Na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação de suas respectivas formas concretas, um contínuo ser-outro. De modo que é precisamente a teoria marxiana segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social.

Não resta dúvida de que a realidade da natureza independe de qualquer ação humana e dá continuidade ininterruptamente conforme as suas causalidades naturais. Entretanto, a capacidade humana de estabelecer posicionamentos teleológicos frente a tal causalidade natural possibilita que o homem desenvolva uma nova objetividade, para atender as suas necessidades ao transformar a causalidade natural em uma causalidade posta, em um novo ser, algo não mais natural, e sim social, que permanece em constante transformação.

Essa capacidade de transformação de uma causalidade natural em uma causalidade posta, através do trabalho, possibilita o desenvolvimento contínuo do homem, a construção da sua historicidade, da sua vida em sociedade, lembrando que, nesse processo, o homem constrói a si enquanto um novo ser. Conforme se desenvolve e se faz cada vez mais social, novas necessidades surgem e novos posicionamentos teleológicos serão necessários, tanto no plano das teleologias primárias, como no plano das teleologias secundárias²⁰.

Portanto, o aspecto teleológico do processo do trabalho não só diferencia o homem dos demais seres naturais como também se faz condição essencial e necessária de toda a sua práxis social, além da garantia de sua própria existência. O trabalho humano é precedido por posições teleológicas frente à realidade consoante as reais necessidades do homem. Destas teleologias primárias, surgem novas posições teleológicas, agora no campo da sociabilidade, onde são gerados todos os complexos da vida em sociedade, onde se geram as ideologias, a política, as leis, a educação, etc. É aqui, no campo da educação, que ocorre toda a aprendizagem do homem, inclusive para exercer o seu trabalho. Nesse sentido, podemos perceber uma relação essencial entre as teleologias primárias e as secundárias.

²⁰ Veremos, no terceiro capítulo deste trabalho, o estabelecimento de teleologias voltadas para o Pronatec como resultado de novas necessidades surgidas diante do novo contexto econômico e político.

3.2 O aspecto teleológico do trabalho: teleologias primárias e teleologias secundárias

Já sabemos que o trabalho é a categoria originária do ser em sociedade. Tal pressuposto parte da ideia de que a vida social dos homens só se instaura se eles efetivarem sucessivas transformações na natureza e em si próprios. O homem é um ser que pertence à natureza, assim como os outros animais que estão inseridos nela, mas, diferentemente das demais espécies, necessita agir ativamente sobre a realidade, visando à satisfação das suas necessidades, garantindo, assim, a sua existência social. Falando desse processo de objetivação do homem, Lukács (2013, p. 287) destaca que

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explica a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para a qual não pode haver nenhuma analogia na natureza.

A ação ativa e consciente do homem sobre a realidade se dá através do trabalho, que necessariamente resulta na transformação da natureza e de si mesmo, proporcionando o surgimento do novo, o surgimento de algo antes inexistente; o homem faz-se senhor de si, torna-se um ser social.

A transformação da natureza, portanto, está relacionada com a transformação da realidade natural e do próprio homem para a criação de objetos de uso, a fim de atender as suas necessidades. Nesse âmbito Lukács faz referência ao salto ontológico do ser, que pertence a uma espécie – o ser social. Como diz Lukács (2013, p. 44),

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

É nesse ato de transformação da natureza que o homem estabelece posições teleológicas, idealizando o que deseja alcançar, tendo que subordinar a sua vontade à causalidade natural e ao fim estabelecido, para que, assim, obtenha um resultado o mais próximo possível e possa alcançar o novo, transformando uma causalidade natural em causalidade posta: o objeto criado.

Como já vimos, é o trabalho que inaugura o ser em sociedade. Contudo, não se trata de uma atividade que possa ser realizada de forma unilateral, ela passa por vários

processos que a completam e que, ao mesmo tempo, são resultados da ideação que a estabelece. O processo necessário para que o trabalho humano seja realizado passa por caminhos que envolvem não somente a ação de quem estabelece a ideação ou o pôr teleológico, mas necessita antes de tudo da ação e interação dos demais homens, suas habilidades e determinações pessoais que vão compor toda uma realidade objetiva voltada para o processo do trabalho.

Todas as determinações do processo de trabalho, com suas cadeias causais, torna o trabalho humano um ato complexo, desenvolvendo a sociabilidade dos homens, capacitando-os para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Frente ao exposto, a compreensão da relação necessária entre o homem e a natureza nos permite assinalar o trabalho como sendo o ponto de partida de desenvolvimento das capacidades humanas que não poderiam ser desenvolvidas sem o estabelecimento de teleologias frente à realidade objetiva no processo da sua atividade laboral. Trata-se da sua capacidade de fazer surgir uma nova objetividade, agora no âmbito social.

Portanto, a capacidade humana para transformar a realidade através do trabalho vem precedida de posições teleológicas (prévia ideação) que o homem estabelece no início do processo e que deve perseguir o tempo todo para a consecução de tal ideação, visando alcançar a concretude do objeto idealizado. Nesse caso, estamos nos referindo ao que Lukács denomina de teleologias primárias, pois faz referência à transformação direta da natureza em objetos de uso. Devemos ressaltar que para a realização desta transformação o homem tem que subordinar a sua vontade à causalidade natural, tendo em mira o fim desejado, e buscar os meios mais adequados para a realização da sua teleologia, o que ocorre no contato com a natureza e com os demais homens, resultando na produção da sua sociabilidade a partir da qual surge a necessidade do estabelecimento de novas posições teleológicas, as teleologias secundárias.

Ao falarmos que há o surgimento de novas posições teleológicas, agora secundárias, estamos nos referindo ao desenvolvimento do homem no âmbito social, já que este ser de relações necessariamente interage com os demais homens, formando toda a malha social e a sua historicidade. Frente a isso, é possível o homem desenvolver suas potencialidades e assim formar a sua personalidade na realidade social na qual está inserido, pois agora se trata da relação dos homens entre si, como diz Lukács (1981, p. 56)²¹:

²¹ A tradução da citação que se segue foi realizada por Fátima Maria Nobre Lopes em sua tese de doutoramento (NOBRE LOPES, 2006, p. 34-35).

O objeto dessa finalidade secundária, portanto, não é mais um elemento da natureza, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa mais diretamente à transformação de um objeto natural, mas, ao contrário, visa ao surgimento de uma nova posição teleológica... da mesma forma os meios já não são mais intervenções imediatas sobre os objetos naturais, mas pretende-se incitar estas intervenções em outras pessoas.

É nesse âmbito das teleologias secundárias que ocorre o processo educativo por meio do qual se desenvolve a personalidade e as capacidades dos homens, possibilitando-lhes a formação da sua consciência, que se desenvolve no decorrer de sua práxis produtiva e social. Portanto, no processo de objetivação da natureza e da existência humana, o homem imprime a sua personalidade ao objeto idealizado, desprende a sua energia no elemento natural que sofrerá uma transformação e atingirá um fim posto. Devemos ressaltar que tal objeto se fez existente desde o princípio na mente do seu idealizador, devido à sua capacidade teleológica, e que essa transformação, voltada para a produção do novo, dá-se tanto na esfera natural, quanto na esfera das relações sociais que completam o processo da atividade humana e onde ocorre o estabelecimento das teleologias secundárias.

Entretanto, no sistema capitalista, a capacidade de objetivação e de realização do homem se torna limitada, aviltada, diante dos bloqueios que aí emergem, podendo gerar estranhamentos que impedem, no todo ou em parte, a consecução dos resultados estabelecidos no ato da posição teleológica, quer seja no âmbito das teleologias primárias, quer seja no âmbito das secundárias, e, nessas últimas, o resultado é bem mais imprevisível.

No entanto, só podemos falar de uma posição teleológica na esfera de atividade e da sociabilidade humana, mesmo sob pena de não dar certo. Nesse sentido Marx afirma que a teleologia é algo que só podemos encontrar na práxis do homem, na sua ação consciente sobre a natureza. Este operar teleológico do homem afasta a existência de qualquer forma superior finalística para o universo. Por se fazer um ser histórico e processual pelo trabalho, o ser social é um ser consciente que estabelece posições teleológicas e que age para realizá-las. Não obstante, esta capacidade teleológica muda conforme as escolhas dos próprios homens e a busca dos meios para realizar as suas teleologias primárias e/ou secundárias.

Dessa forma, na busca dos meios mais adequados para efetivar a sua teleologia primária e/ou secundária, o homem age de forma ativa na relação com a natureza e com os demais homens. Porém, no âmbito da sociabilidade humana, a atenção e o esmero para a realização da teleologia, agora secundária, devem estar bem mais atentos, uma vez que os homens e as suas ações e reações são bastante diferentes entre si, pois nunca podemos saber *a priori* sobre toda a causalidade e os resultados que daí decorrem.

A realidade que foi capturada e absorvida pela capacidade de objetivação do homem põe em movimento as suas potencialidades ao mesmo tempo em que ele cria uma malha social a partir da qual se requer o estabelecimento de novas teleologias e as ações para realizá-las, o que exige a possibilidade de escolhas e de situações para torná-las concretas. Portanto, cada teleologia busca alcançar um fim posto de acordo com as escolhas tomadas para que ela seja realizada, o que muitas vezes pode ser diferente do prévio idealizado. Contudo, o fim continua sendo o mesmo, embora possam ocorrer pequenas alterações do processo para a sua execução. Em suma, temos aqui, no âmbito da sociabilidade humana, as possibilidades de escolhas e de resultados, apesar dos bloqueios que aí possam ocorrer.

3.3 Teleologia e causalidade: possibilidade de escolhas e de resultados

Retomando algumas considerações expostas até aqui, podemos destacar que há um nexo intrínseco entre teleologia e causalidade na vida social dos homens e que nessa relação não se pode prescindir das alternativas e das possibilidades de escolhas e de resultados na realização das posições teleológicas.

Devemos compreender que, no momento em que o homem estabelece uma teleologia, primária e/ou secundária, este deseja a obtenção do seu êxito. Para isso toma decisões que o conduzam o mais próximo possível da sua intenção em relação aos resultados. Não se trata de um ato simples de decidir algo, mas de escolher entre as alternativas concretas que se encontram frente à realidade objetiva e que possam orientar a consecução do fim estabelecido. Sobre esse caráter de alternativas, destacando o processo do trabalho, Lukács (2013, p. 77) diz que

Com efeito, se entendemos o trabalho no seu caráter originário – quer dizer, como produtor de valores de uso – como forma “eterna”, que se mantém ao longo das mudanças das formações sociais, do metabolismo entre o homem (sociedade) e a natureza, fica claro que a intenção que determina o caráter da alternativa, embora desencadeada por necessidades sociais, está orientada para a transformação de objetos naturais.

O objeto final do processo do trabalho constitui a objetividade humana sobre a natureza frente à realidade social produzida pelos próprios homens. Logo, não resta dúvida de que as alternativas existentes no processo de trabalho também ocorrem no nível das teleologias secundárias.

Nesse sentido podemos afirmar que tanto no trabalho como nos complexos sociais que dele derivam o caráter alternativo na execução do fim posto é responsável pela passagem

da possibilidade de se fazer algo para a sua realização concreta. Segundo Lukács, tanto o homem como o animal agem, em um primeiro momento, de forma instintiva sobre a natureza, na busca da satisfação das suas necessidades imediatas, biológicas. Contudo, quando essa necessidade comum entre os homens e os outros animais é superada pelo homem através do trabalho, fica evidente que o pôr teleológico presente ao ato marca o comportamento cognitivo do ser humano, possibilitando a satisfação das suas necessidades biológicas e sociais, abrindo caminhos para o seu desenvolvimento, que se torna possível devido a uma cadeia de alternativas e de escolhas existentes no processo laboral e na sociabilidade em geral.

Durante a atividade laboral e também no âmbito da superestrutura, o homem toma decisões no estabelecimento e na realização das suas teleologias. No caso das teleologias primárias, conforme as formas de produzir, elas vão se tornando mais complexas, exigindo do homem novas tomadas de decisões, já que estes se encontram em situações diferentes das já vividas. De acordo com essas alternativas, no caso do processo do trabalho, elas vão se fazendo comuns. Estas são realizadas sem um maior exame de possibilidades de fracasso ou sucesso em caso de serem tomadas. Com isso, no curso do desenvolvimento das forças produtivas, é comum que as alternativas do processo do trabalho se tornem hábitos dos homens, porém não perdem a sua característica de alternativa. Sobre essa propriedade do processo laboral, diz Lukács (2013, p. 72):

Essa estrutura ontológica do processo de trabalho, que o torna uma cadeia de alternativas, não deve ficar obscurecida pelo fato de que, no curso do desenvolvimento e mesmo em fases de desenvolvimento relativamente baixas, as alternativas singulares do processo de trabalho se tornem, através do exercício do hábito, reflexos condicionados e, desse modo, possam ser enfrentados “inconscientemente” no plano da consciência.

A consciência do homem se desenvolve de acordo com o seu trabalho e a sua sociabilidade. Nesse processo a sua tomada de decisões e de escolhas torna-se cada vez mais pertinente ao seu ato produtivo e ao seu modo de vida. Portanto, a consciência e o ato de refletir sobre as decisões que são tomadas possibilitam que o homem antecipe idealmente o resultado que será alcançado conforme a opção alternativa decidida por ele em cada momento histórico da sua vida social, pois cada tomada de decisão envolve todas as questões sociais decorrentes do ato produtivo e dos seus nexos causais sociais, tornando o homem livre para agir e escolher no desempenho da sua práxis.

Lukács (2013) chama a atenção quanto à importância dada à categoria da alternativa no processo de trabalho e na sociabilidade em geral, pois, segundo o filósofo, a decisão alternativa é considerada o primeiro ato de liberdade do homem frente às condições

concretas da sociedade, ao dizer que “Para evitar equívocos, no entanto, é preciso tornar mais claro e concreto o caráter dessa gênese ontológica da liberdade, que aparece pela primeira vez [...] na alternativa dentro do processo do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 77). Quando o homem, frente à realidade e conforme a necessidade, decide entre as possibilidades alternativas o meio para atingir o seu pôr teleológico, está presente nessa ação toda a complexidade que envolve as suas escolhas, pondo a consciência desse ato como responsável pela ação, afastando dela toda as determinações de superioridade abstrata que possa parecer existir, tornando o homem um ser ativo, consciente e histórico, determinando o seu ser social. Portanto, as decisões alternativas e a liberdade de escolha compreendem a vida social humana na qual se define tanto o processo de individuação (a unidade da pessoa), como o processo de sociabilidade (a vida social do homem). Falando da posição teleológica, das alternativas e das escolhas dos homens como partes componentes da sua vida pessoal e social, Lukács (2013, p. 469-470) diz que

A unidade da pessoa daí resultante tem, em conformidade com isso, igualmente um caráter duplo objetivo inseparavelmente unitário. Por um lado, a unidade social do homem, a sua existência como pessoa se evidencia no modo como ele reage às alternativas com que a vida o confronta; as ponderações que precedem essas decisões em seu íntimo nunca chegam a ser totalmente indiferentes para o quadro global dessa sua singularidade, mas, ainda assim, trata-se da cadeia vital de decisões alternativas, na qual se manifesta a verdadeira essência da singularidade social, a dimensão pessoal no homem. Por outro lado e simultaneamente, porém, todas as alternativas, pelas quais o homem toma suas decisões, são produtos do *hic et nunc* social, no qual ele tem de viver e atuar; mas essas perguntas, às quais ele responde em cada caso, não são só levantadas pelo meio ambiente social; cada uma dessas perguntas também tem sempre um campo de ação de possibilidade de respostas reais concretamente determinado em termos sociais [...] Quanto mais complexo, quanto mais ramificado for esse campo de ação, tanto mais desenvolvida será a sociedade; de modo correspondente, quanto maior for a parcela pessoal de quem responde, tanto mais desenvolvida pode ser sua personalidade.

As alternativas e escolhas se inserem no processo do trabalho e na sociabilidade possibilitando o desenvolvimento de toda a práxis humana, já que será necessário um exame consciente das reais condições de todo o ambiente social para a realização de suas teleologias, permitindo ao homem gerar a sua forma de vida pautada em decisões individuais e coletivas, para se chegar ao fim estabelecido. Segundo Lukács (2013, p. 73),

A alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente. Deve-se sublinhar ainda, aqui, que essa sua constituição natural jamais pode ser inteiramente suprimida. Por mais relevantes que sejam os efeitos transformadores do pôr teleológico das causalidades no processo de trabalho, a barreira natural só pode retroceder, jamais desaparecer inteiramente. [...] Por isso, o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do

comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas.

Esta importância consiste tanto no nível das teleologias primárias como no das secundárias. É claro que não podemos negar que as alternativas não se apresentam sempre da mesma forma e que nem sempre são as mesmas alternativas que serão tomadas, pois cada uma delas possui certa importância. Devemos compreender, portanto, que para cada teleologia haverá sempre nexos causais e que para cada alternativa haverá um resultado, quer seja no âmbito das teleologias primárias, na ação direta do homem com a natureza, quer seja no âmbito das teleologias secundárias, na ação do homem com os demais homens.

No âmbito da sociabilidade humana, onde se insere genuinamente o campo ideológico, torna-se bem mais impreciso o alcance da posição teleológica, já que consiste aí a consciência dos demais homens e as suas decisões alternativas de agirem, ou não, conforme a teleologia de outros homens. Estamos aqui no momento predominante da sociabilidade humana que constitui e complementa o desenvolvimento social dos homens. Nesse tocante, diz Lukács (2013, p. 483):

O mais importante para o nosso problema é que esse desenvolvimento produz os pólos teleológicos que visam suscitar um novo comportamento em seus semelhantes e lhes confere importância crescente tanto extensiva como intensivamente, tanto quantitativa como qualitativamente para o processo de produção, para a sociedade como um todo. Basta indicar como, com o desenvolvimento das forças produtivas, crescem constantemente a esfera de validade e a importância do costume, do hábito, da tradição, da educação etc. [...]

Em relação ao crescimento da educação e, no nosso caso, da educação profissional, o Pronatec é uma das instâncias, embora muito singular, do desenvolvimento global do nosso país, o que implicou em decisões alternativas e possibilidades de escolhas e resultados. Frente a essa realidade, foi-nos possível examinar o seu campo de ação a partir de um estudo de caso: a relação teleológica e a causalidade no Pronatec do IFCE – *Campus* de Maracanaú.

4 TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NO PRONATEC DE MARACANAÚ

Neste capítulo trataremos da pesquisa de campo realizada no IFCE – *Campus* de Maracanaú sobre o Curso Técnico em Análises Químicas oferecido pelo Pronatec, apresentando inicialmente a política teleológica do programa, para, a partir dela, situarmos o

Pronatec no IFCE de Maracanaú, demonstrando a sua política de ação, os seus objetivos e as suas posições teleológicas.

Finalizaremos este capítulo abordando a conexão existente entre teleologia e causalidade do Pronatec de Maracanaú, a partir da pesquisa realizada no Curso Técnico em Análises Químicas, verificando a causalidade decorrente da posição teleológica estabelecida no programa, a fim de verificar a obtenção dos seus resultados.

4.1 A política teleológica do Pronatec

Os rumos da educação profissional foram demasiadamente alterados em suas teleologias desde os anos 1990, quando houve a cisão em sua base pedagógica, tornando o ensino básico e o ensino profissional desvinculados, através do Decreto n.º 2.208/97. A teleologia para a educação profissional nesse período trazia uma formação de natureza precária e aligeirada, não abrangendo a educação básica, o que fez surgir um sistema educacional paralelo nas esferas pública e privada. Desse modo o Decreto n.º 2.208/97 trouxe modificações para o texto original da LDB/96, regulamentando artigos que tratavam do ensino profissional em sua forma integrada, resultando em um retrocesso quanto ao preparo da sociedade frente à realidade. Segundo Saviani (2008, p. 152),

Isso significou voltar atrás no tempo, não apenas em relação à Lei n. 5.692 de 1971, mas em relação à LDB de 1961, já que esta flexibilizou a relação entre os ramos do ensino médio de então, permitindo a equivalência e o trânsito entre eles [...] Ora, é a essa dualidade que se retornou com o decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.

Contrário a essa posição, no tocante às políticas educacionais para a educação profissional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona o Decreto n.º 5.154/2004, revogando o Decreto n.º 2.208/97. Com a promulgação do novo decreto, identificamos uma nova posição teleológica para a educação profissional, já que se estaria retomando critérios de uma educação técnica articulada com o ensino médio. Saviani (2008, p. 155) diz que “[...] a marca distintiva do novo decreto é a articulação, entendida de forma ampla e abrangendo os distintos aspectos envolvidos na questão da educação profissional”. Mesmo sendo considerado um avanço, quando comparado ao Decreto n.º 2.208/97, pois busca a consolidação da base unitária de ensino médio, ao incluir a formação específica para o exercício das profissões técnicas e possibilitar a abertura de uma formação integrada, o Decreto n.º 5.154/2004 continuou proporcionando a possibilidade de oferta de um ensino técnico paralelo ao flexibilizar a oferta de cursos técnicos na modalidade concomitante (para

alunos que fazem o ensino médio em instituição de ensino diferente daquela do curso técnico) e técnico subsequente (para alunos que já concluíram o ensino médio e desejam o curso profissionalizante).

De fato, as exigências do mundo do trabalho incidem na qualificação e requalificação dos seus trabalhadores, visto que o setor produtivo passa a apresentar um cenário de globalização. De acordo com a proposta da LDB/96, no art. 39, a educação profissional deve conduzir o cidadão para uma formação com “[...] permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996, p. 17). Tal ideologia educacional deve estar “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (BRASIL, 1996, p. 17). Esta visão para a educação profissional supera o entendimento tradicional de uma educação que preparava para o ajustamento ao mercado de trabalho, de forma linear e muitas vezes de modo assistencialista. A nova educação profissional trazida pela LDB/96 requer dos seus egressos não apenas o simples preparo para as atividades a serem desempenhadas, mas também a compreensão do processo produtivo global, apreendendo habilidades profissionais que estejam além do fazer prático, saber fazer e por qual motivo o faz, mobilizando os valores necessários para possíveis tomadas de decisões no trabalho.

A Educação Profissional, em tempos remotos, já foi pensada como estratégia de controle, por parte do governo, para retirar os pobres e desvalidos das condições em que estes se encontravam. Contudo, tal paradigma foi se modificando, visto que o mundo do trabalho é complexo e exige mudanças nas bases educacionais para o seu total desenvolvimento, permitindo que não só as classes menos favorecidas percebam no ensino profissional uma oportunidade de emprego, mas também as classes de outros segmentos.

Frente às mudanças para a educação profissional, depois de sancionado o Decreto n.º 5.154/2004, a Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011, no Governo Dilma, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), sob a execução da União. A configuração do Pronatec dá continuidade à política de expansão da Educação Profissional para as escolas públicas brasileiras, a qual vinha do governo anterior. Logo, o Pronatec apresenta, em sua teleologia central, a democratização ao acesso da população brasileira a uma Educação Profissional e Tecnológica de qualidade e propõe o alcance dessa finalidade através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

A partir da sua teleologia, que, em geral, consiste em “[...] ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meios de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011, p. 1), o Pronatec estabelece os seguintes objetivos:

[...]

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de Cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de Cursos de educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2011, p. 1).

Frente à exposição dos objetivos do Programa, devemos ressaltar que o público-alvo é, prioritariamente, constituído de estudantes do ensino médio da rede pública, estudantes da educação de jovens e adultos, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e egressos do ensino médio da rede pública e privada, estando o da rede privada limitado à condição de bolsista integral. O Pronatec oferta 644 cursos de qualificação e 220 cursos técnicos²². A amplitude do programa envolve a oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial e a distância a serem executados com a parceria das redes federais, estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica, assim como o Sistema S e instituições privadas, desde que habilitadas pelo MEC²³.

Os cursos técnicos são disponibilizados para quem está matriculado no ensino médio e para aqueles que já o concluíram; os cursos de qualificação são para pessoas com escolaridade menor (que não concluíram o ensino fundamental) e que desejam qualificação profissional. Nesse último caso, inserem-se os cursos de formação inicial e continuada – FIC. Vale ressaltar que os cursos na modalidade técnica, ao qual dedicamos uma maior atenção, são ofertados na forma integral, ou concomitante, ou subsequente, de acordo com a necessidade do público-alvo. Em cada uma dessas formas de oferta dos cursos, encontramos públicos distintos e prazos variados para a sua conclusão e recebimento do certificado.

Como vimos em nosso primeiro capítulo, existe uma conexão entre trabalho e educação. Conforme o homem produz e reproduz a sua existência, ele passa por um complexo de relações no âmbito da superestrutura, na qual encontramos a educação formal, institucionalizada. Nesse âmbito temos a política teleológica do Pronatec voltada para a expansão de formação profissional, capacitando o egresso para a sua inserção no mercado de trabalho.

²² Os cursos podem ser consultados no Guia Pronatec de Cursos FIC e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disponíveis, respectivamente, nas seguintes páginas eletrônicas: <<http://pronatec.mec.gov.br/fic/>> e <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>.

²³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/perguntas-frequentes>>.

Portanto, no contexto histórico da formação profissional em nosso país, nos últimos tempos, podemos identificar a oferta de cursos com as suas finalidades e realizações. Estas podem reproduzir o sistema capitalista e/ou auxiliar o egresso para a obtenção de emprego e melhorar o seu nível de vida. Entretanto, consoante o desenvolvimento das forças produtivas, essa característica de reprodução capitalista foi perdendo lugar, visto que o profissional se fazia obsoleto até mesmo para a demanda do próprio capitalismo. Assim, surgiu a necessidade de uma qualificação com maior abrangência, incluindo nestes aspectos uma formação mais geral. Acácia Kuenzer (1997, p. 36, grifo nosso) diz que

O trabalhador tradicional, que usava as mãos e a força para o trabalho, não serve mais para desempenhar suas atividades como cidadão-homem da pólis, sujeito e objeto de direitos e como trabalhador, a exercer suas funções em um processo produtivo em constante transformação; ele precisará apropriar-se do conhecimento produzido e adquirir novas competências que lhe permitam agir *prática e intelectualmente*.

O agir prático e intelectual ao qual se refere a autora refere-se ao desempenho de uma atividade que não separe o trabalho técnico, prático, do trabalho intelectual, pensante. Não se trata de agir com hierarquia no trabalho desenvolvido, mas poder desempenhar funções diversificadas, não se tornando um especialista limitado.

Tomando essas considerações e frente ao estabelecimento teleológico de ampliar a oferta de educação profissional às variadas opções de cursos disponíveis pelo Pronatec, levantamos o questionamento sobre a formação oferecida: os egressos desses cursos, no nosso caso os egressos do Curso Técnico de Análises Químicas, são realmente preparados para o mercado de trabalho? Estes, após concluir o curso, serão absorvidos pelo mercado de trabalho?

Sabemos que, no âmbito das teleologias secundárias, o almejado pode resultar diferente do esperado, já que podem ocorrer barreiras e/ou acasos que fogem ao nosso controle. Aqui temos toda uma gama de complexos que estão mais facilmente ligados às possíveis alterações e fracassos, pois incidem diretamente no agir do outro, no fazer pensar e agir conforme o fim que se deseja atingir. Os caminhos escolhidos na busca de se chegar o mais próximo possível da sua ideação conduzem a uma determinada causalidade. Quanto mais se conhecem as escolhas tomadas, mais facilmente se atinge o estabelecido no início. É nesse âmbito que se insere o Pronatec.

A teleologia estabelecida na criação do Pronatec pretende o alcance de uma causalidade; contudo, necessita da participação de um determinado público para que isso se torne real. Na execução dos seus programas, dos seus projetos e das suas ações, o público

pode, por sua vez, escolher vários caminhos para a sua participação no Pronatec, podendo dificultar e até bloquear a consecução do fim. Consequentemente, a causalidade do programa pode ser afetada, já que os seus participantes possuem escolhas próprias que podem interferir, direta ou indiretamente, na teleologia estabelecida no ato da implementação.

Não obstante, a teleologia do programa pretende atingir a sua causalidade através de diversas iniciativas. Dentre elas, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a criação da Bolsa-Formação,

[...] por meio da qual são ofertados Cursos técnicos e Cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todo o território nacional, oferecendo Cursos de qualificação, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, e programas de pós-graduação lato e stricto sensu. As unidades que compõem a Rede Federal são referências em suas áreas de atuação. (BRASIL, 2011, p. 1)

Vale ressaltar que, com a criação do Pronatec, o Brasil presenciou a maior expansão existente nos Institutos Federais desde a sua criação, em 1909, contando com 140 unidades até 2002, acrescidas de mais 214 novas unidades antes do Pronatec e que, após o programa, chegou, em 2014, a um total de 562 unidades por todo o país, segundo informações do MEC. A continuidade na expansão física das instituições por parte do Pronatec estava dentro do conjunto de iniciativas que seriam tomadas para atingir a causalidade esperada para a oferta de oito milhões de vagas até o final de 2014. “De 2011 a 2015, o programa teve mais de 9 milhões de matrículas e, para 2016, estão garantidas 2 milhões de vagas” (BRASIL, 2016, p. 1). Isso nos faz inferir que grande parte da sua posição teleológica inicial foi alcançada.

Sabemos que a garantia ao acesso, com o aumento físico das unidades responsáveis pela formação profissional, não é diretamente proporcional à permanência e à finalização do curso pelos alunos que ingressam nessas instituições de ensino. Para isso, muitos outros critérios se fazem necessários, desde o estímulo à permanência e o tipo de formação oferecida até a viabilização do acesso às aulas mediante ações integradas (transporte escolar, material didático, merenda, etc.). O acesso requer ampliação física e do quadro de profissionais da educação para a oferta de cursos profissionalizantes. A permanência dos alunos neles exige aperfeiçoamento constante de possíveis falhas de execução, que vão desde a relação professor/aluno, envolvendo métodos de ensino e aprendizagem, até a ciência e a motivação do estudante com a profissão que pretendem exercer.

Desse modo, dificilmente se consegue a satisfação e a realização do aluno e/ou do egresso na sua formação. Até mesmo a necessidade de trabalhadores qualificados para a demanda do mercado frente ao constante desenvolvimento científico e tecnológico não se faz atendida em nosso país, levando a crer que o Pronatec, em sua amplitude, com a oferta de cursos, faria frente à formação de mão de obra qualificada. Com a iniciativa da oferta de Bolsa-Formação do Estudante ou do Trabalhador²⁴, a teleologia do programa oferta recursos àqueles que percebem, no curso técnico, a melhoria na qualidade educacional, bem como a qualificação necessária para um bom desempenho profissional. Segundo informações disponíveis no *Relatório de educação para todos no Brasil, ano 2000-2015*:

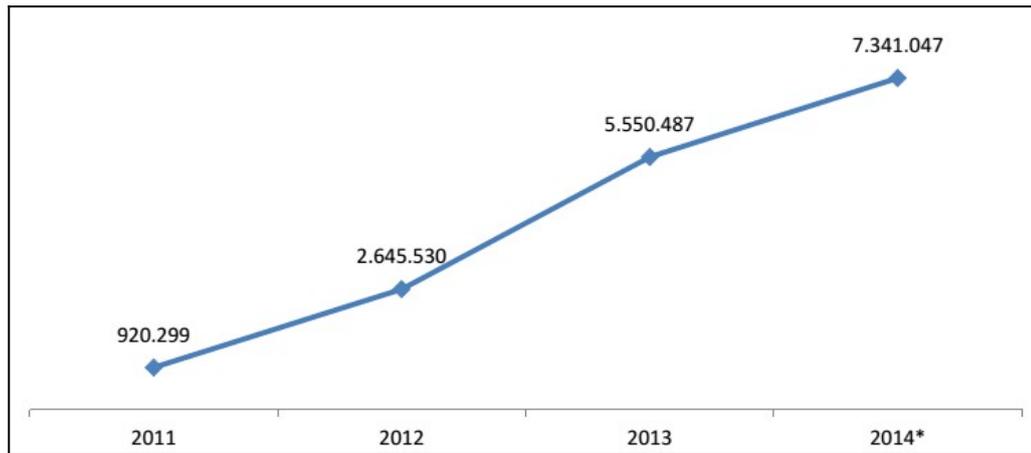
Desde sua criação em 2011 até junho de 2014 o Pronatec registrava 7,3 milhões de matrículas, com 3,2 milhões de jovens e adultos recebendo bolsa formação e mais 3,2 milhões de vagas obtidas por acordo de gratuidade com o Sistema S. A expansão da rede federal de educação foi responsável por 446 mil novas vagas no período, o Brasil Profissionalizado por 247 mil novas vagas e o E-tec Brasil por cerca de 209 mil vagas. (BRASIL, 2014, p. 99).

Frente ao exposto, podemos perceber, de imediato, que a causalidade esperada em relação à ampliação de vagas está de acordo com a teleologia inicial do programa, porém não podemos falar ainda acerca das mediações para essa consecução.

O programa, que visa ao atendimento prioritário daqueles advindos de escolas públicas e dos beneficiários de programas federais de transferência de renda, reúne iniciativas executadas em parceria com as instituições envolvidas, e, desde a sua criação, vem crescendo o número de seus beneficiados. O Gráfico 1 nos mostra a evolução das matrículas no programa desde a sua criação até 2014.

Gráfico 1 – Evolução das matrículas no Pronatec (2011-2014)

²⁴ A Bolsa-Formação Estudante, que se refere ao nosso objeto de estudo, destina-se a atender o estudante regularmente matriculado no ensino médio ofertado pelas escolas públicas. Nessa modalidade, o estudante frequenta concomitantemente as aulas do ensino médio em sua escola e, em outro turno, frequenta as aulas do curso técnico de nível médio. A Bolsa-Formação Trabalhador destina-se a atender o trabalhador e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2014, p. 98).



Fonte: BRASIL (2014b).

Sabemos que a educação é fundamental ao desenvolvimento humano, tanto em relação ao desenvolvimento das forças produtivas quanto em relação ao próprio homem e ao país onde ele se insere. Segundo a entrevista dada ao programa de rádio *Café com a presidenta*, quando a presidente Dilma foi indagada se “investir em educação e formação profissional vale muito a pena”, a dignitária respondeu:

Claro que vale, Luciano. Investir em educação é acreditar no desenvolvimento da nossa nação. Nosso povo é batalhador, é um povo que luta diariamente, corre atrás dos seus sonhos. Os exemplos se multiplicam em todo o país e mostram que basta oferecer as oportunidades para que as pessoas construam o seu caminho e o caminho do nosso país para um futuro melhor. Investir no nosso povo, no povo brasileiro, Luciano, é um bilhete premiado, sempre dá certo e quem ganha é o Brasil. (BRASIL, 2014a).

Essa fala demonstra uma preocupação frente ao crescimento da oferta de vagas na educação profissional. Estas estão atreladas à possibilidade de desenvolvimento da nação e do indivíduo. No entanto, a oportunidade oferecida pelo acesso aos cursos do programa também se torna um meio de as pessoas beneficiadas construírem o seu caminho profissional e, conseqüentemente, pessoal. Ao ser introduzido em um universo que lhe possibilite conhecimento sobre o exercício de determinada profissão, os beneficiados pelo Pronatec podem fazer a escolha de concluir o curso técnico e ingressar no mercado de trabalho, levando em conta as disponibilidades do mercado, assim como podem se interessar em dar continuidade à sua qualificação profissional e procurar um curso de nível superior em áreas correlacionadas ao curso técnico ou não.

O Pronatec é considerado um dos maiores investimentos do Governo Federal em Educação Profissional e Tecnológica. Levando em conta a sua amplitude quanto à dimensão

da oferta em rede nacional e às várias ações realizadas para atingir suas teleologias, temos inúmeros elementos e questões que podem ser tratados em diversos estudos.

No caso da nossa pesquisa, delimitamos o nosso objeto à implementação deste programa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* de Maracanaú, dando ênfase ao Curso Técnico de Análises Químicas, de nível médio, verificando a teleologia do curso em questão e buscando articular a sua ideação à causalidade atingida.

4.2 O Pronatec no IFCE de Maracanaú

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus* de Maracanaú²⁵, está localizado na região metropolitana de Fortaleza e inserido no polo industrial do município de mesmo nome. Por ser uma instituição responsável pela formação profissional de ensino tecnológico que oferta cursos de nível superior, como também cursos de nível médio (técnicos), o IFCE aderiu ao Pronatec Técnico e de Formação Inicial e Continuada (FIC), duas das modalidades voltadas para atender a posição teleológica do programa.

O Pronatec foi implantado no IFCE – *Campus* de Maracanaú no ano de 2012, ofertando inicialmente dois cursos técnicos: o de Técnico em Análises Químicas e o Técnico em Automação Industrial, que tiveram início em agosto do mesmo ano. Após isso, foram ofertados cursos na modalidade FIC, tais como os que seguem: Atendente em Nutrição, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Laboratório e Saneamento, Costureiro Industrial e Vestuário, Desenhista Mecânico, Montador e Reparador de Computadores, Operador de Computadores, Operador de Tratamento de Águas e Efluentes, e Operador de Tratamento de Resíduos Sólidos.

O curso de nível médio Técnico em Análises Químicas, objeto do nosso estudo de caso, foi ofertado pela instituição através do Pronatec, com disponibilidade de 40²⁶ vagas, no horário vespertino, na modalidade presencial, devendo estas ser preenchidas por estudantes do nível médio. Tais estudantes tinham que estar matriculados em escolas públicas do município,

²⁵ O IFCE está localizado na av. Parque Central, s/n, bairro Distrito Industrial I, CEP 61.939-140, Maracanaú (CE), fone (85) 3878.6301, região metropolitana de Fortaleza. As escolas estaduais de ensino médio que fizeram parte deste projeto também estão localizadas no referido município.

²⁶ O curso disponibilizou trinta (30) vagas para os candidatos selecionados e um adicional de dez (10) outros candidatos classificáveis, que poderiam preencher as vagas surgidas em caso de desistências. Os classificáveis somente poderiam assumir as vagas remanescentes nos primeiros dez (10) dias letivos e somente para o primeiro semestre do curso (BRASIL, 2012, p. 4).

o que caracterizou a modalidade da educação profissional como concomitante. As escolas selecionaram os seus representantes e os encaminharam ao IFCE – *Campus* de Maracanaú para um exame de seleção, próprio da Secretaria da Educação (SEDUC), realizado através de uma prova escrita, e, conforme os desempenhos individuais, os classificados foram preenchendo as vagas pretendidas. As escolas que enviaram os seus alunos estão localizadas no mesmo município do instituto.

As escolas envolvidas foram estas: Colégio Estadual Rui Barbosa, Escola de Ensino Fundamental e Médio Adahil Barreto Cavalcante, Escola de Ensino Fundamental e Médio Tenente Mário Lima, Escola de Ensino Fundamental e Médio Edmilson Pinheiro e Escola de Ensino Fundamental e Médio Albaniza Rocha Sarasate. O curso deu início às aulas com um universo de 40 alunos, sendo 4 alunos do 1.º ano do ensino médio, 15 do 2.º ano e 6 do 3.º ano, o que demonstrava a necessidade de um nivelamento inicial das disciplinas abordadas no decorrer do processo formativo, visto que alguns alunos ainda não tinham a disciplina de Química em suas aulas escolares e porque muitos estudantes precisavam receber aulas de revisão.

O Curso Técnico em Análises Químicas foi criado tendo, no bojo do seu projeto pedagógico,

[...] uma formação profissional comprometida com a atividade de um técnico em Química Industrial associando teorias existentes na matriz curricular à realidade do contexto educacional fazendo, desta forma, uma integração entre teoria e prática, fundamentais na formação do profissional. (BRASIL, 2012, p. 1).

Esses princípios decorreram da sua posição teleológica, que estava voltada para a preparação de

[...] profissionais aptos a atuar na indústria, com formação voltada para o exercício da cidadania e do profissionalismo, respeitando a legislação e os deveres éticos da profissão, além de buscar a relação entre os fundamentos dos métodos científicos para o desenvolvimento tecnológico, associando as diferentes tecnologias à solução de problemas do setor profissional. (BRASIL, 2012, p. 3).

Quando foi criado, o Curso Técnico em Análises Químicas foi considerado um importante meio de acesso ao emprego industrial, pois o público que recebeu a formação técnica residia em uma localidade que dispõe de fábricas e empresas que necessitam de profissionais dessa área. Além disso, disponibilizou-se aos alunos uma formação inicial que os auxiliaria no desempenho das disciplinas do ensino médio. Dentre as disciplinas que o curso ofertou aos estudantes, encontramos aquelas voltadas para a aquisição de

conhecimentos básicos, além das que envolvem a Química. Demonstramos, a seguir, a estrutura curricular das disciplinas do Curso.

Quadro 1 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Análises Químicas

Período	Disciplinas	C.H.
Semestre I	PORTUGUÊS FUNDAMENTAL	40
	MATEMÁTICA FUNDAMENTAL	80
	SAÚDE AMBIENTAL	40
	QUÍMICA BÁSICA	80
	METROLOGIA QUÍMICA	40
	INGLÊS INSTRUMENTAL	20
TOTAL	DISCIPLINAS (6)	300 h
Semestre II	QUÍMICA EXPERIMENTAL - LABORATÓRIO	80
	QUÍMICA ANALÍTICA GRAVIMÉTRICA E VOLUMÉTRICA	120
	QUÍMICA ORGÂNICA BÁSICA	40
	QUÍMICA INORGÂNICA BÁSICA	40
	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	20
TOTAL	DISCIPLINAS (6)	300 h
Semestre III	QUÍMICA ANALÍTICA INSTRUMENTAL	120
	ANÁLISES INSTRUMENTAIS ORGÂNICAS E INORGÂNICAS	80
	FUNDAMENTAÇÃO QUÍMICA DOS PROCESSOS TECNOLÓGICOS	80
	GESTÃO AMBIENTAL E FERRAMENTAS DE QUALIDADE	20
TOTAL	DISCIPLINAS (4)	300 h
Semestre IV	CONTR. FR. PROC. E PROD. ORGÂN. E INORGÂN.	80
	ESTATÍSTICA E CONTROLE DE PROCESSOS	40
	ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO NO TRABALHO	20
	PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA NO LABORATÓRIO DA INDÚSTRIA	160
TOTAL	DISCIPLINAS (4)	300 h

Fonte: BRASIL (2012).

As disciplinas de Química muitas vezes são consideradas como difíceis e complicadas para aprender. Elas são vistas como dispensáveis no cotidiano das pessoas que não trabalham na área. Porém, mesmo se fazendo presente no cotidiano, o cidadão comum não percebe a importância dessas disciplinas. A Química, no entanto, é fundamental ao processo evolutivo em que se encontra a sociedade e faz parte do papel do professor/educador preparar o aluno com um pensamento crítico e questionador sobre os conteúdos das disciplinas, para que, ainda no ensino médio, o estudante possa iniciar o processo de

desenvolvimento intelectual. Sobre tal importância, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 2006, p. 102-103) consideram que

[...] a grande importância da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias no desenvolvimento intelectual do estudante do ensino médio está na qualidade e na quantidade de conceitos, aos quais se busca dar significado nos quatro componentes curriculares: Física, Química, Biologia e Matemática [...] Assim como a especificidade de cada uma das disciplinas da área deve ser preservada, também o diálogo interdisciplinar, transdisciplinar e intercomplementar deve ser assegurado no espaço e no tempo escolar por meio da nova organização curricular. [...] Isso pode levar à superação da fragmentação e da sequência linear com que são abordados os conteúdos escolares.

Nos princípios fundamentais do curso, existe a intenção de alcançar a sua teleologia tendo em vista uma formação profissional, buscando quebrar a linearidade com a qual são abordados geralmente os conteúdos escolares, já que se busca, na realidade da região, adequar os estudantes ao contexto prático da vida produtiva local. Desse modo, procura-se associar a teoria das disciplinas que se fazem necessárias ao aprendizado da profissão, sem prevalecer um ou outro conteúdo, deixando claro que ambos os processos são essenciais aos métodos de ensino/aprendizagem.

De acordo com a teleologia do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Análises Químicas (PPC), o aluno deve ser preparado para desenvolver a prática dos métodos essenciais à profissão de técnico químico industrial durante as aulas teóricas e práticas ministradas pelos professores e acompanhadas pelos monitores do curso. Segundo o PPC, o profissional dessa área deve:

[...]

1. Realizar amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas.
2. Planejar, coordenar e executar os processos de análises laboratoriais respeitando normas de segurança.
3. Selecionar técnicas e metodologias de análises clássicas e instrumentais.
4. Auxiliar a validação de metodologias de análises, empregando normas técnicas e biossegurança.
5. Coordenar e controlar a geração e destinação de resíduos do laboratório de Química com responsabilidade ambiental. (BRASIL, 2012, p. 3).

Frente ao exposto, podemos identificar que a dimensão teleológica do Curso está de acordo com a LDB/96 em seu capítulo III, que trata da educação profissional e propõe que esta modalidade de ensino esteja pautada não apenas na formação de pessoas aptas ao mercado de trabalho produtivo, mas que, ao mesmo tempo, possa articular educação geral/educação profissional e tecnológica. Tentando alcançar o máximo possível a causalidade esperada, o IFCE – *Campus* de Maracanaú ofereceu o Curso Técnico em Análises Químicas, através do Pronatec, já dispondo do Curso de Licenciatura em Química, e de um corpo

docente composto por professores com nível superior “*stricto sensu*” e “*lato sensu*” em diversas áreas da Química, além de laboratórios de Química Analítica, Química Orgânica e Inorgânica, que seriam essenciais para a prática das atividades e de aulas experimentais dos alunos do curso técnico.

Vale ressaltar que pelo fato de o *Campus* de Maracanaú já possuir um Curso Superior na área da Química facilitou a instauração do Curso Técnico em Análises Químicas do Pronatec, visto que os alunos deste curso puderam auxiliar os professores no aprendizado durante o exercício do curso técnico. Além do mais, os novos alunos puderam ter acesso a todos os benefícios disponíveis, tanto no uso das estruturas físicas quanto no contato com profissionais que integram a instituição, tudo de forma gratuita.

A gratuidade da formação profissional no Brasil é considerada, por vezes, como uma estratégia da redução da pobreza. A oferta de cursos de curto prazo e baixo custo, implantados por ações governamentais que materializam programas de formação profissional gratuita, lança, no mercado de trabalho, um contingente de trabalhadores que historicamente não conseguiriam uma formação profissional, seja por falta de condições para pagar os cursos em instituições privadas, seja por falta de conhecimento necessário para o ingresso nas instituições públicas responsáveis por essa qualificação. Tais ações governamentais, na maioria dos casos, são destinadas a um público que apresenta vulnerabilidade econômica ou social. Assim os programas são vistos por eles como uma oportunidade de empregabilidade. Antes do Pronatec, um exemplo de programa de formação profissional voltado para esse público foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que, segundo Sales (2012, p. 138),

Com a criação do PLANFOR, a educação profissional de nível médio foi direcionada para as populações vulneráveis econômica e socialmente, em desvantagem no mercado de trabalho e que, historicamente, eram preteridas das ações de qualificação ou por não terem condições financeiras para arcar com as despesas, por apresentarem escolaridade insuficiente ou por não fazerem parte do público-alvo dos Cursos oferecidos, como no caso do sistema “S”, direcionados em sua totalidade aos trabalhadores das empresas constituintes do sistema.

Apesar dos benefícios da oferta dos cursos pelas medidas governamentais que beneficiam o público em sua vulnerabilidade, principalmente em relação à oferta de cursos profissionalizantes gratuitos, geralmente eles são considerados como uma espécie de compensação pelo ensino médio mal estruturado e até mesmo como uma forma de suprir o mercado capitalista com a oferta de mão de obra barata. Além do mais, devemos ter em mente que o simples fato de se receber uma formação profissional não garante a vaga no mercado de trabalho, principalmente se tal formação ocorrer de forma aligeirada e sem proporcionar as

habilidades necessárias para a função. Até mesmo quando os cursos de formação profissional são tidos como satisfatórios às exigências do mercado, a formação por si só não está atrelada ao emprego do egresso, vários outros fatores sociais se fazem necessários, o que inclui, por exemplo, a demanda e a procura.

Quando se estabelece uma teleologia, buscam-se os meios para alcançar o fim posto, a causalidade posta. Os caminhos que tomamos para isso nos levam à direção do que pretendemos. Podemos dizer que a educação profissional relativa ao Curso Técnico em Análises Químicas do *Campus* de Maracanaú atingiu, em grande parte, a sua teleologia e os objetivos que dela decorrem. Para a demonstração dessas considerações e para compreendermos os caminhos que conduziram o curso à sua causalidade e aos seus resultados, iremos identificar se a teleologia do programa foi atingida no todo ou em parte ao analisar as respostas dos egressos aos questionários aplicados a estes que se disponibilizaram a responder.

4.3 A relação entre a teleologia e a causalidade no Pronatec de Maracanaú

Como vimos, no terceiro capítulo, a teleologia é a capacidade humana de antecipar idealmente o que se deseja atingir, tendo em vista a produção de bens para atender as necessidades humanas no plano das teleologias primárias, ou considerando a organização da vida social no plano das teleologias secundárias. Portanto, as teleologias primárias ocorrem no âmbito do trabalho que o homem realiza para transformar a natureza ou a causalidade natural em uma causalidade posta por ele, o que, conseqüentemente, resulta na transformação de si mesmo em um ser genérico. Assim, a prévia ideação que o homem tem em sua mente está diretamente ligada a um produto final, a um objeto novo, que atenda as suas necessidades. Ao pôr em movimento suas ações para realizar a sua teleologia, o homem busca atingir o seu produto final através da interação com a natureza e com os demais homens, construindo, assim, a sua sociabilidade.

Portanto, a teleologia primária é estabelecida no início do processo do trabalho e está voltada para a consecução do objeto, quer dizer, para uma causalidade posta. Para que seja atingida esta causalidade não mais natural, o homem põe em movimento todos os outros sentidos que compõem seu corpo e age sobre a natureza e os demais homens, para conseguir os mecanismos necessários para tornar a sua teleologia em algo concreto, em algo social. Para a realização desse processo ocorrem as teleologias secundárias, no âmbito da superestrutura, onde se estabelecem novos posicionamentos, novos ideais, tornando mais difícil a sua

consecução, pois se trata agora de convencer as pessoas a agir de um determinado modo²⁷. Por outro lado, devemos ressaltar que as posições teleológicas primárias e secundárias são distintas, porém, ao mesmo tempo, são imbricadas entre si e com certa autonomia em suas execuções. Toda a complexidade da vida em sociedade ocorre no âmbito das teleologias secundárias: as leis, as famílias, os costumes, os processos educativos, etc. Então temos aqui todas as interações das práxis humanas conforme o tipo de trabalho desenvolvido em cada período histórico. Segundo Marx e Engels (2007, p. 87), “Tal como os indivíduos exteriorizam a sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem”.

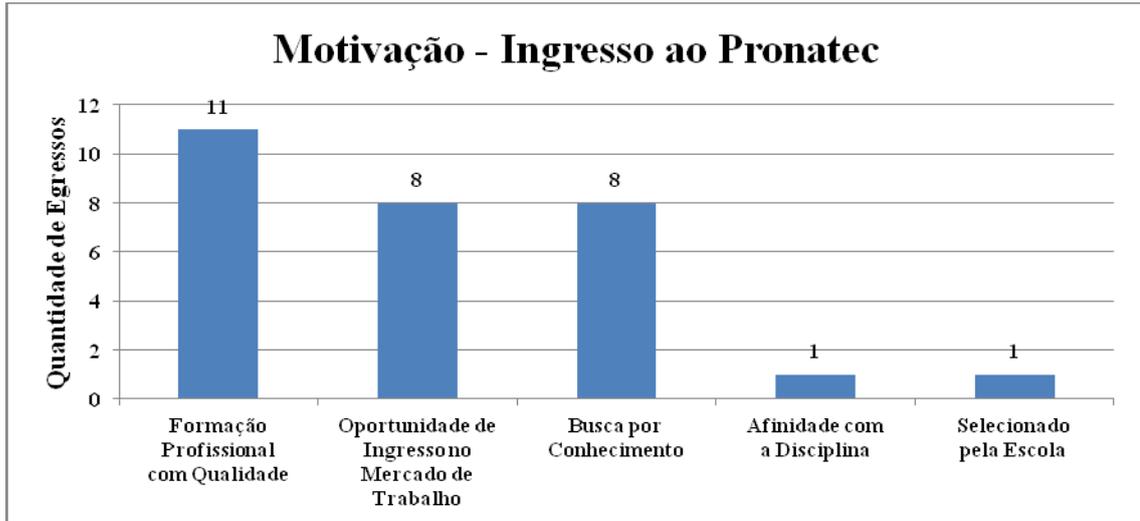
Por esse prisma, podemos dizer que a LDB/96 traz como posição teleológica central a necessidade de uma educação atrelada aos conhecimentos necessários para a vida em sociedade e, acima de tudo, para atender ao mercado de trabalho. Para o atendimento dessa teleologia a LDB traz em seus preceitos as várias modalidades e níveis de ensino. Dentre eles o ensino profissionalizante, no qual se situa o Pronatec, como objeto do nosso estudo e, especificamente, o nosso estudo de caso no *Campus* de Maracanaú.

Frente ao exposto, pretendemos identificar se a teleologia do curso de nível médio Técnico em Análises Químicas, ofertado pelo IFCE – *Campus* de Maracanaú, através do Pronatec, resultou ou não na causalidade esperada inicialmente, pois, como sabemos, o processo educativo traçado em qualquer curso pode levar a caminhos diferentes e atingir resultados não previamente estabelecidos. Dessa forma, para demonstrar como se processa a relação entre a teleologia e a causalidade no Pronatec do Curso Técnico em Análises Químicas no *Campus* de Maracanaú, apresentaremos, na sua sequência, as considerações dos egressos a partir do questionário (Apêndice A) aplicado aos estudantes no universo de 29 respondentes.

Em nossa primeira pergunta, tivemos a pretensão de identificar a motivação que levou os egressos a concorrer à vaga para ingressar no curso profissionalizante de nível médio. Dentre os vários motivos citados, o que predominou não foi o argumento de que seria uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, e sim a busca por uma formação de qualidade. O gráfico a seguir demonstra, também, outros motivos que levaram os alunos a ingressar no Curso de Maracanaú.

Gráfico 2 – Motivação para o ingresso no Pronatec

²⁷ Importante frisar que o termo na frase “convencer as pessoas a agir de determinada forma” não significa conduzir, de modo positivista, alguém a alguma coisa, e sim que estamos aqui no âmbito das relações sociais nas quais se inserem as individualidades com reações diversas a uma mesma situação.



Fonte: Elaborado pela autora.

Fica claro que a maioria dos alunos do ensino médio que concorreram à vaga do Pronatec não tinha apenas o anseio por um emprego. Isso nos permite a identificação de outros motivos, como a procura por uma formação de qualidade, por conhecimentos, como também a afinidade com a disciplina de Química. A justificativa pela busca de uma formação profissional de qualidade pode ser exemplificada no depoimento do egresso “R” ao dizer que “[...] baseando-se em um sistema educacional público relativamente fraco, vi a necessidade de ingressar em um curso técnico para melhorar meus conhecimentos voltados para a área que visava seguir futuramente” (Egresso R). Podemos inferir, diante do exposto, que o ensino médio público pode deixar a desejar quanto à qualidade dos ensinamentos e conhecimentos na formação dos seus estudantes.

Pela resposta da maioria dos alunos, podemos perceber ainda que, apesar da necessidade de emprego, os estudantes anseiam por uma educação de qualidade, aquela educação de que fala Marx, conforme mencionamos no início deste trabalho, que desenvolva as plenas potencialidades do ser humano, quer dizer, a educação, no seu sentido omnilateral. No entanto, o Pronatec de Maracanaú, embora com toda a obtenção dos seus resultados, como veremos no decorrer deste capítulo, ainda não obteve tal êxito²⁸.

Certamente essa obtenção remete à formação do estudante desde a educação básica, que deveria proporcionar aos seus alunos o conhecimento necessário para que eles pudessem agir e tomar decisões para o seu futuro, incluindo a sua formação humana e independente dos condicionamentos do mundo capitalista. Ou seja, saber pensar criticamente sobre o caminho profissional que pretende seguir, levando em conta não o mercado

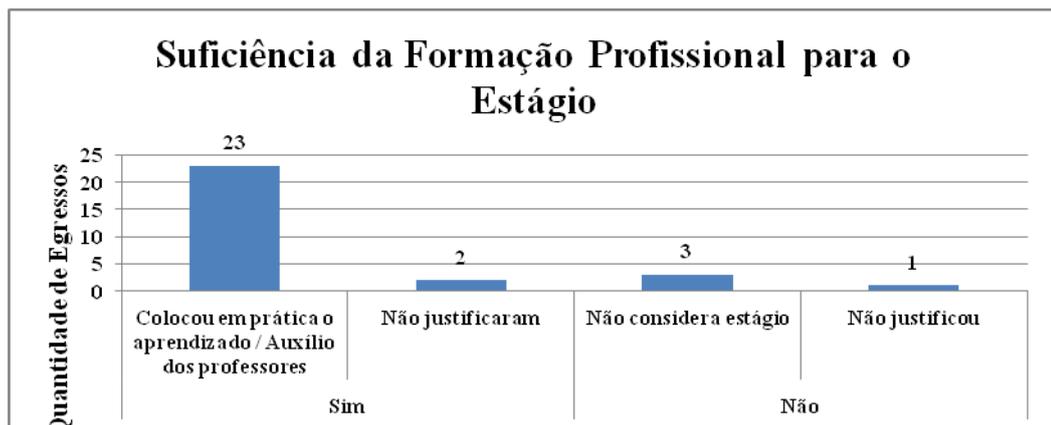
²⁸ Aqui podemos remeter a uma análise da dimensão ideológica dos cursos profissionalizantes, questão essa que conduz a outra problemática e que pretendemos desenvolver numa possível tese de doutorado.

trabalhista, e sim a sua realização pessoal e profissional, com capacidade de desenvolver suas habilidades construindo de modo efetivo a sua generidade humana.

Dando continuidade às indagações, foi solicitado, na segunda questão, que os egressos comentassem sobre o processo seletivo para iniciarem seus estudos no curso técnico. Identificamos das respostas dos alunos que tal processo esteve de acordo com a teleologia estabelecida para esse quesito, visto que, em sua totalidade, foi mencionada a seleção na escola de ensino médio ao qual estavam matriculados, bem como o encaminhamento para um exame no próprio instituto conforme os desempenhos individuais.

A educação proporciona um conhecimento específico consoante o fim que lhe é dado. Contudo, esta mesma forma de educar pode ser apreendida diferentemente pelas pessoas que a recebem, já que entram aí as possibilidades individuais de escolha e, como sabemos, os resultados são diferentes para cada uma das alternativas existentes na realidade de cada indivíduo. Nesse contexto, na terceira pergunta, indagamos se a qualificação profissional recebida no Curso Técnico em Análises Químicas teria facilitado a execução do Estágio Obrigatório. Obtivemos como resultado as seguintes posições: 25 responderam que sim; destes, 2 não justificaram, e 23 disseram que saberiam pôr em prática o aprendizado, pois tinham auxílio dos professores. Dos quatro que falaram não ter sido suficiente, 3 não consideraram o estágio, e 1 não justificou. Vejamos o gráfico:

Gráfico 3 – Suficiência da formação profissional para o estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

O Estágio Obrigatório estava previsto na teleologia do PPC, e o meio para tal execução foi o laboratório da indústria ou outros laboratórios relacionados às propostas do curso. Já na grade curricular, identificamos que a prática profissional supervisionada está atrelada somente ao laboratório da indústria, tornando dúbia a proposta do curso para tal fim. No entanto, podemos identificar que, mesmo diante da teleologia do PPC, os resultados

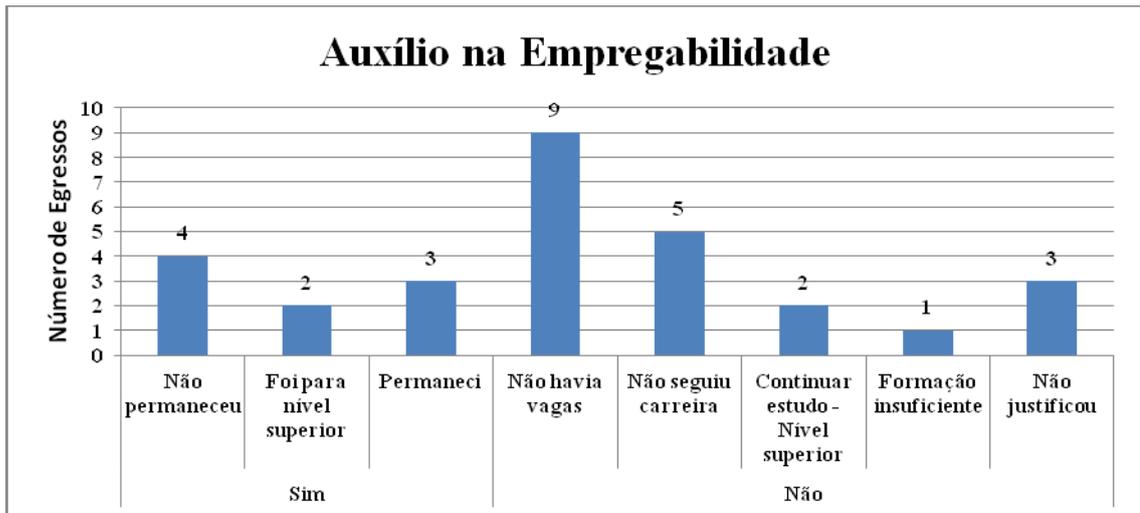
foram, em grande parte, atingidos. Portanto, a estrutura curricular do curso, conforme mencionamos no item anterior, apesar de destacar a obrigatoriedade do estágio no laboratório da indústria, o que é necessário para a aprendizagem do aluno, flexibiliza tal obrigatoriedade em outros momentos. Sem contar que também sentimos falta não somente desta parte prática da formação, mas, acima de tudo, de uma base fundamental para uma ética profissional, não nos termos de um código de ética e/ou de um dever-ser normativo, mas sim quanto aos fundamentos éticos da formação humana, capaz de levar o aluno a compreender sua profissão, sua vida pessoal e social.

Não obstante, o Pronatec de Maracanaú busca, em seu projeto, atrelar métodos educativos e outros conhecimentos para uma boa formação e exercício da cidadania. Podemos perceber aqui mais um viés ideológico que não se realiza na prática.

O IFCE – *Campus* de Maracanaú, por estar inserido em uma localidade industrial, com empresas e fábricas em diversos ramos que envolvem a Química, estabeleceu a sua teleologia voltada para a preparação de profissionais aptos a atuar na indústria relativa a atividades voltadas para a área Química²⁹. Portanto, o curso voltou-se para o preparo de profissionais que poderiam atuar em indústrias desse ramo, buscando, por outro lado, conhecimentos diversificados. Frente a isso, indagamos aos egressos, na quarta pergunta, se a formação recebida teria auxiliado na aquisição de um emprego na área. Tivemos o seguinte resultado: 20 egressos falaram não ter ingressado no mercado de trabalho; 09 obtiveram sucesso para a admissão, destes últimos, 03 permanecem empregados. Contudo, todos os que não continuam a trabalhar ou que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho, atrelam esse fato não à qualidade do curso, e sim, principalmente, à falta de vagas no mercado de trabalho, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Auxílio na empregabilidade

²⁹ Sobre os objetivos específicos dessa formação, ver item 4.1 A política teleológica do Pronatec.



Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, dentre os que disseram não ter conseguido ingressar no mercado de trabalho, a justificativa para isso não está diretamente atrelada à formação que o curso disponibilizou. Conforme o gráfico acima, podemos identificar que apenas a um destes foi negada a vaga, por ser considerada insuficiente a sua formação profissional. Vejamos o relato deste egresso: “Não, por enquanto eu não consegui. Quando eu procurei, diziam que esse curso não era suficiente” (Egresso K). Por outro lado, há outro egresso que diz ter conseguido emprego na área ainda no período que estava fazendo o curso e que não considera escassa a vaga de empregos na área, veja o relato a seguir: “Sim. Consegui ainda no período do curso, não vejo dificuldades e nem falta de vagas na área, pois a procura por profissionais qualificados em Química para atuar em laboratórios nas indústrias é muito grande, vejo isso de perto” (Egresso L).

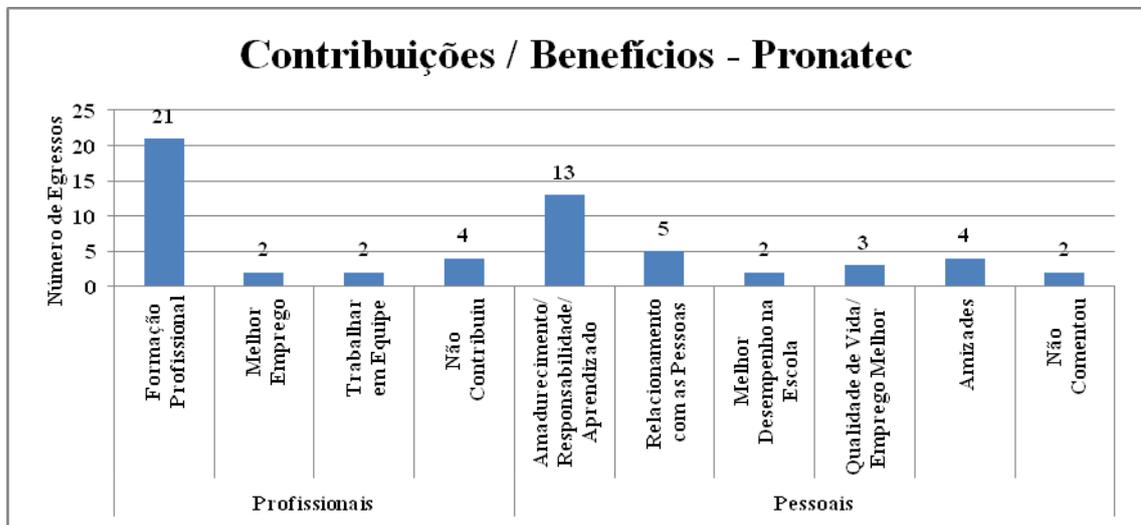
Devemos levar em consideração aqui que a teleologia de preparar o profissional para o mercado de trabalho não estava atrelada à aquisição de um emprego, de uma vaga em sua área. Portanto, não podemos afirmar que a teleologia não foi alcançada pela falta de emprego, uma vez que esta não se dirigiu para tal fim. No entanto, podemos questionar se essa posição teleológica é suficiente para garantir a realização do egresso em sua vida profissional, e até mesmo pessoal, uma vez que somente um curso de formação sem a oportunidade de emprego não garante a realização das suas reais necessidades.

Portanto, antes de se fazer um projeto destinado à formação profissional, deve-se levar em consideração a demanda no mercado por profissionais na área para que não se crie uma expectativa nos egressos tanto em relação à sua formação como também em relação à sua profissão.

O Pronatec possui uma abrangência nacional, e o público envolvido é consideravelmente grande frente ao estudo de caso que estamos realizando. Por isso, os idealizadores do Curso Técnico em Análises Químicas deveriam ter realizado um levantamento do mercado de trabalho e das reais necessidades quanto à demanda por esses profissionais. Não encontramos informações que nos conduzam a pensar que tal estudo preliminar tenha sido realizado antes da ideação da criação do curso. Aqui podemos destacar aquela necessidade, de que fala Lukács, acerca do conhecimento dos nexos causais não somente no estabelecimento de posição teleológica, mas também, e principalmente, das condições objetivas no decorrer da sua realização.

Dando continuidade à pesquisa, na quinta pergunta, os egressos foram indagados sobre quais teriam sido as contribuições e os benefícios que o Pronatec trouxe para as suas vidas, tanto profissional como pessoal. Dentre as respostas, encontramos colocações bem diversificadas que comentam o aprendizado de “coisas” além das matérias vistas, citando inclusive o amadurecimento e a melhoria no relacionamento com as pessoas. Para não sermos repetitivos, vejamos no gráfico abaixo essa diversidade de respostas.

Gráfico 5 – Contribuições e benefícios do Pronatec



Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos perceber que, apesar da diversidade das respostas, no tocante às contribuições para a vida profissional, a formação profissional foi citada 21 vezes pelos egressos. Quanto às contribuições da vida pessoal, Amadurecimento/Responsabilidade/Aprendizado foi citado 13 vezes pelos egressos.

Tais posicionamentos sobre o curso nos possibilitam uma reflexão quanto aos ensinamentos que eles receberam. Como sabemos, o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana, juntamente com os complexos que dele decorrem, incluindo a educação no âmbito da formação profissional. Portanto, mesmo sendo gerado no âmbito das teleologias primárias, é no âmbito das teleologias secundárias que ele se desenvolve na relação dos homens entre si. Então, nessa esfera das teleologias secundárias, onde se insere o Pronatec, por exemplo, o resultado da teleologia, compreendendo a causalidade que aí se instaura, pode levar os egressos do curso a caminhos diferentes, dependendo das suas escolhas e condições. O resultado geral, inclusive, poderá ser diferente do prévio idealizado. Isso pode ocorrer de modo negativo e/ou positivo, pois nesse processo as individualidades, as escolhas e as reações são bastante diversas.

Dando continuidade à nossa pesquisa, na sexta questão, dividida em 2 quadros, indagamos aos egressos sobre os pontos positivos e negativos do curso para que pudessemos ter um pequeno parâmetro das suas posições sobre a qualidade da sua formação no curso em pauta. Obtivemos os relatos conforme os quadros a seguir:

Quadro 2 – Pontos positivos do curso citados pelos egressos

Pontos positivos	N.º de vezes que foi citado
Bons professores / Monitores	14
Excelente ensino / Teoria-prática laboratorial	13
Preocupação com os alunos / Acolhimento / Motivação	10
Qualificação profissional	9
Estrutura / material / auxílios	9
Amizades	6
Visitas técnicas	2
Não comentou	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos perceber que o curso foi bem acolhido pelos alunos, uma vez que a maioria dos egressos atesta a existência de bons professores e monitores, um bom acolhimento motivacional, um excelente ensino no qual se manifesta a relação teoria e prática. Frente ao exposto, podemos tecer o comentário de que os egressos do Curso Técnico em Análises Químicas apontam as questões essenciais para qualquer processo de ensino-aprendizagem, visto que o que foi citado, em sua maioria, são itens que não se fazem dispensáveis em nenhuma das modalidades de ensino existentes em nosso Sistema Educacional. A estrutura física, o acolhimento e a preocupação com os alunos, o excelente ensino, com métodos que relacionam a teoria à prática no laboratório, assim como os

profissionais serem qualificados para o desempenho da função de professor/monitor são fundamentais em qualquer modalidade e período de ensino. Sabemos que o Pronatec não é uma excelência de ensino que atenda a uma verdadeira educação omnilateral; no entanto, ele se apresenta enquanto tal para os alunos pelo fato de eles não terem essas condições de estudos nas escolas públicas convencionais. Portanto, mesmo diante de todos os benefícios apresentados por eles, poderia haver pontos a serem corrigidos nos próximos cursos, em caso da oferta de uma nova turma. Por isso indagamos aos egressos quais os pontos negativos que surgiram no decorrer da oferta de novas turmas. Vejamos a tabela abaixo:

Quadro 3 – Pontos Negativos do Curso citado pelos egressos

Pontos negativos	N.º de vezes que foi citado
Poucas visitas técnicas	8
Necessidade de remuneração / melhoria no auxílio transporte	6
Estágio apenas no IF ou Escola / Tempo insuficiente	6
Cansaço dos próprios alunos	5
Sem mercado de trabalho	4
Intrigas entre os alunos / Sala lotada	4
Conteúdo difícil / Provas	3
CRQ não disponibilizado	2
<i>Bullying</i>	2
Nenhum	5

Fonte: Elaborado pela autora.

O item mais citado foi a pouca quantidade de visitas técnicas realizadas durante o curso. Devemos ressaltar que essa prática está atrelada às metodologias que associam as aulas teóricas às práticas laboratoriais oferecidas no IFCE e complementadas com as visitas às empresas de acordo com as possibilidades de funções a serem desempenhadas pelos futuros técnicos em análises químicas. Contudo, os egressos também citaram como dificuldade a falta de parceria do curso com as empresas. Dizem que isso facilitaria a aquisição do estágio, podendo ser executado em uma das empresas parceiras. Percebemos, também, que foram citados como dificuldade atrelada ao processo formativo a falta de remuneração, a falha do transporte disponibilizado e o fato de o Estágio Obrigatório poder ser realizado nas escolas em que eles estavam matriculados e/ou nos laboratórios do próprio IFCE – *Campus* de Maracanaú, aspectos que, segundo os estudantes, deixaram a desejar.

Embora possam parecer detalhes, esses elementos negativos apontados pelos egressos, no caso da sua contrapartida, não deixam de fazer parte de uma situação objetiva

capaz de levar a uma causalidade desejada. É nesse sentido que, segundo Lukács (1981), as instâncias da vida cotidiana podem levar a grandes elevações ou não, pois aí pode haver aspectos importantes tornando-se decisivos para o sucesso ou o fracasso de uma determinada teleologia. Logo, a construção prática da vida em sociedade envolve desde os ensinamentos da vida no cotidiano, até os conhecimentos de normas e atividades sistematizadas que vão se efetivando conforme o homem produz os seus bens e estabelece a sua práxis social. Podemos retomar aqui a consideração de Lukács, após Marx, acerca do processo do trabalho enquanto gerador da vida social a partir do qual decorre a práxis social oriunda desse processo. A esse respeito, Lukács (2013, p. 159) diz que “Com efeito, o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente”.

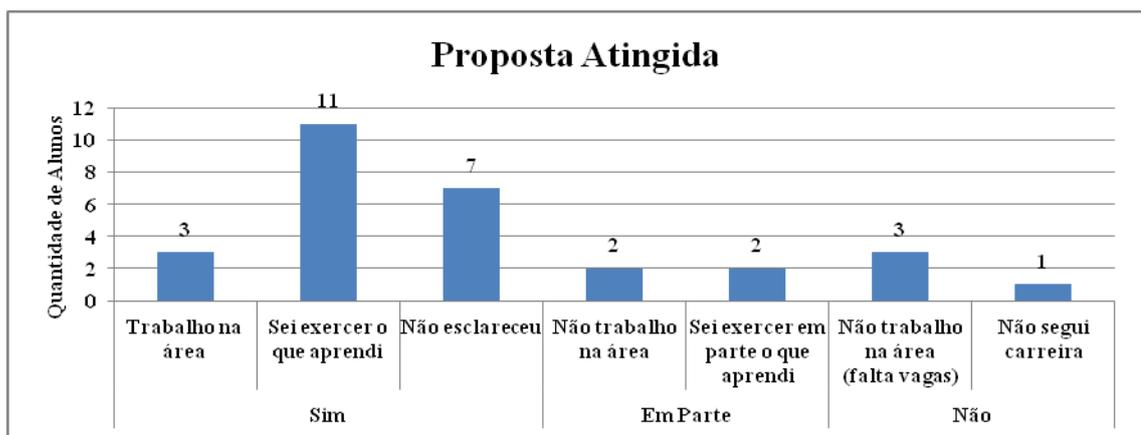
É nessa produção e reprodução que socialmente se manifesta a existência humana. Isso, segundo Lukács (2013, p. 176), torna-se necessário e evidente “[...] no complexo de atividades que costumamos chamar de educação”. É nesse horizonte que o papel da educação cumprirá o seu sentido mediador e mediado do trabalho que necessariamente exige do homem o estabelecimento de teleologias para que este se realize enquanto ser e produza a sua historicidade, o que deixa clara a intrínseca relação entre trabalho e teleologia, bem como entre teleologia e causalidade. Essa mesma dinâmica ocorre também na educação formal, que se refere, na ótica de Lukács, ao seu sentido estrito. Por isso, “[...] entre educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo não pode haver uma fronteira que possa se claramente traçada em termos ideais, não pode haver uma fronteira metafísica” (LUKÁCS, 2013, p. 177).

No caso do curso em questão, podemos remeter a essa mesma lógica, quer dizer, as teleologias aí estabelecidas e o exame das condições para realizá-las resultam numa causalidade que irá influenciar fortemente tanto a vida pessoal e profissional de cada egresso, como também a totalidade social da educação profissional de Maracanaú. Deste modo, a formação aí oferecida deve trazer conhecimentos e habilidades práticas de acordo com a função a ser desempenhada, no nosso caso, por um profissional da área de Química, conforme os objetivos específicos do curso já mencionados.

Não obstante, a sua estrutura curricular não condiz com a formação defendida em seu projeto. A questão essencial a ser destacada aqui é a falta de uma formação política (no sentido ontológico), ética e humana, segundo mencionamos no início deste item. É deste modo que a realização da teleologia pode levar a outros resultados, pois não se pode abstraí-la dos meios e do conhecimento para a sua efetivação.

Os objetivos do curso foram apresentados aos alunos logo que nele ingressaram, através de uma palestra para recepção e divulgação da proposta, bem como por meio de esclarecimentos sobre as possibilidades que estes poderiam adquirir ao término do curso. Entretanto, quando os estudantes foram indagados, na sétima questão, sobre o conhecimento dos objetivos do Curso Técnico em Análises Químicas, tanto o geral quanto os específicos, observamos que 23 falaram estar cientes dos mesmos, e 06 responderam que não os conheciam. Assim, na pretensão de identificar se tais objetivos teriam ou não sido atingidos, indagamos, na oitava questão, se, diante dos desafios e dificuldades enfrentados durante o curso, eles achavam que a proposta (teleologia do curso) teria sido alcançada. Fizemos a pergunta levando em consideração que, naquele momento, eles já que estavam cientes da proposta, visto que esta estava no questionário a que eles se propuseram a responder. Obtivemos os seguintes argumentos:

Gráfico 6 – Proposta atingida



Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos observar, conforme mostra o gráfico acima, que 21 egressos dizem ter atingido os objetivos do curso, 04 dizem ter atingido em parte, e 04 dizem não terem sido alcançados tais objetivos. Dentre essas respostas, encontramos algumas justificativas para tal posicionamento, estando o fato de saber exercer aquilo que haviam aprendido atrelado ao alcance de tais objetivos e o fato de saber exercer em parte a função para a qual haviam sido formados dentre os que dizem não ter sido alcançado. Fica claro, frente ao exposto, que a maioria dos egressos considera que a teleologia do Curso Técnico em Análises Químicas atingiu a sua intenção.

Podemos considerar que a teleologia e a causalidade do curso estavam atreladas entre si durante todo o seu período de execução, já que, mesmo diante das falhas, os egressos

do curso se tornaram “trabalhadores em potência” para atuar nas indústrias, segundo a formação recebida. No entanto, devemos levar em consideração o mercado de trabalho e as condições políticas e sociais que os impediriam de exercer sua profissão³⁰.

Como sabemos, é na busca dos meios mais adequados que se põe em movimento o alcance da finalidade estabelecida e que, no decorrer dessa processualidade, é possível que haja pequenas mudanças nas escolhas e na busca dos meios para que se alcance o fim almejado. Dessa forma, os acontecimentos que se fizeram presentes no decorrer do processo e que alteraram tomadas de decisões anteriores não podem ser vistos como o não alcance da teleologia geral, pois, segundo Lukács, estamos sempre agindo diante do nexos causal “se... então”, ou seja, se essa teleologia, então essa causalidade; se essas escolhas, então esses resultados. Mas isso “[...] não se esgota, de modo algum, na necessidade de determinados nexos etc.” (LUKÁCS, 2013, p. 145). Trata-se da liberdade de decisão e de alternativa que nos afasta de uma justificativa determinista diante de um possível fracasso na realização de uma teleologia. Se o que se pretende não deu certo, é preciso examinar as condições e estabelecer novas decisões alternativas e escolhas para a obtenção o mais aproximado possível do desejado.

No caso do Curso Técnico em Análises Químicas de Maracanaú, podemos afirmar que houve um resultado satisfatório da sua *teleologia inicial*³¹, pois o fato de os egressos não terem conseguido emprego após o seu término não invalidou a formação. Também remetendo à teleologia do Pronatec, em geral percebemos o seu alcance, uma vez que ela estava voltada para a “[...] ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira a serem executados pela União” (BRASIL, 2011, p. 1).

Porém, apesar desse resultado positivo, pudemos perceber a necessidade do estabelecimento de novas teleologias do Pronatec que deveriam estar voltadas não apenas para a formação instrucional, mas também para a formação ética e humana, oportunizando a obtenção de emprego para os seus egressos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁰ Não tecemos maiores considerações sobre essa problemática porque ela não é o foco da nossa pesquisa. Contudo, como já mencionamos em nota anterior, pretendemos trabalhar essas questões numa possível tese de doutorado.

³¹ Conforme descrito em 4.1 A política teleológica do Pronatec.

Ao final do nosso desafio em dissertar sobre a teleologia e a causalidade no Pronatec de Maracanaú, podemos dizer que o nosso dever foi cumprido, pelo menos em parte, uma vez que a complexidade a que esse tema remete não se esgota na problemática aqui apresentada, pois o nosso objetivo central consistiu em investigar o perfil do egresso do Curso Técnico em Análises Químicas do Pronatec no IFCE – *Campus* de Maracanaú, a fim de verificar se a formação oferecida contribuiu para a sua capacitação profissional e para a sua inserção no mercado de trabalho, verificando se houve uma conexão entre a teleologia estabelecida e a causalidade resultante da sua realização.

É claro que tal questão remeteria também a uma investigação sobre a qualidade de formação acerca do seu aspecto político, ético e humano, o que indicaria a discussão do seu viés ideológico. Entretanto, essa questão poderá certamente ser discutida numa possível tese de doutoramento. Portanto, no presente trabalho, conseguimos dar conta do objeto proposto.

Conforme os resultados apresentados no item anterior, pudemos perceber que a teleologia do Curso Técnico em Análises Químicas foi atingida no aspecto referente à capacitação dos alunos para o trabalho, visto que a maioria dos egressos afirmou estar preparada para tal profissão, pois sabe pôr em prática o aprendido. Dessa forma, a nossa hipótese inicial de que o curso não ofereceria uma capacitação adequada à área proposta foi negada, pelo menos em parte, porquanto tal hipótese apresentava ainda o pressuposto de falta de articulação entre teoria e prática.

Realmente a falta dessa articulação foi confirmada, uma vez que, na localidade onde foi ofertada o Curso de Análises Químicas, não havia demanda no mercado de trabalho para tal formação. Logo, também não havia campo de estágio para os alunos. Essa foi uma das questões destacadas pelos egressos quando falaram dos seus pontos negativos, pois apontaram que o curso não tinha parceria com as empresas/indústrias locais, deixando a desejar quanto ao preparo profissional, no sentido da articulação teoria e prática durante o curso, já que os estágios foram realizados em locais que não condiziam diretamente com a área de atuação de um técnico em análises químicas. Além disso, mostrou-se insuficiente no quesito da vivência da realidade da profissão no decorrer da formação. Assim, a teleologia de associar os seus métodos educacionais ao exercício da profissão também se mostrou insuficiente, pois não disponibilizou aos seus alunos a aproximação com a realidade do laboratório de uma empresa/indústria da área de Química.

Essa limitação do estágio no tocante à relação teoria e prática nos conduz à confirmação da nossa segunda hipótese, que consistiu na suposição de que não há mercado de trabalho suficiente para todos os egressos. De fato, se não houve sequer local apropriado para

o estágio dos alunos durante o curso, certamente também não haveria mercado de trabalho para os egressos. Isso foi constatado nas respostas dos estudantes.

Portanto, podemos considerar, frente às respostas dos egressos, que a formação recebida se fez suficiente para desempenhar a função de técnicos químicos; entretanto, identificamos que não houve a aquisição de emprego por todos os egressos do curso. Segundo as respostas, isso se deu em virtude da falta de vagas no mercado de trabalho, e não em virtude da qualidade da formação recebida, o que nos leva a inferir a falta de uma teleologia do curso para tal fim. Como vimos no item sobre o Pronatec, a teleologia do programa estava voltada para capacitar os seus egressos para o mercado de trabalho. Pudemos identificar que esta teleologia foi atingida e que teve a sua causalidade posta de acordo com a sua ideação. Porém, a absorção de seus egressos no mercado profissional também deveria estar presente na teleologia do curso, já que a necessidade da realidade local, onde o Curso foi ofertado, não demandava a quantidade de profissionais na área de Análises Químicas. Desse modo, o Pronatec apresenta a ausência de uma teleologia voltada para a questão da absorção dos seus egressos no mercado de trabalho, o que logicamente demandaria um exame das condições de realização da sua teleologia ao ponto de resultar numa causalidade favorável ao contexto social, local e profissional do egresso.

Certamente a não absorção dos egressos pelo mercado de trabalho em virtude da falta de demanda por parte das empresas/indústrias provoca um contingente de mão de obra superior às necessidades do mercado. Fato esse que leva à desvalorização profissional, tornando a mão de obra mais barata ainda, o que atende perfeitamente ao intento de aumento no lucro dos donos dos meios de produção. Atende-se, portanto, à lógica do mercado capitalista.

Como vimos no primeiro capítulo, é nesse sentido que Saviani, tomando a ideias de Marx, fala do trabalho como princípio educativo, ou seja, de acordo com o modo de produção, temos um tipo de educação, incluindo a escolar e, no nosso caso, a educação profissional. É assim que a formação profissional do Pronatec, mesmo com os seus benefícios, não deixa de seguir a lógica do modo de produção capitalista.

Porém, embora a educação seja determinada pelo tipo de trabalho, onde ocorrem as teleologias primárias, ela também faz parte da processualidade histórica dos homens, pois, como vimos no segundo capítulo, é somente no plano das teleologias secundárias, onde se insere a educação, que, segundo Lukács, completa-se a práxis social dos homens. Daqui resulta que não pode existir posição teleológica fora do trabalho e dos complexos sociais que dele derivam.

Podemos falar, então, do agir consciente do homem, ainda que as circunstâncias muitas vezes não sejam favoráveis para a realização de determinadas teleologias. Aqui vale lembrar aquela posição de Marx (2007, p. 43) quando este diz que “[...] as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”. Portanto, só podemos falar de posições teleológicas na esfera da atividade e da sociabilidade humana, mesmo sob pena de não dar certo a sua realização. Quando isso ocorre, faz-se mister o estabelecimento de novas teleologias e/ou meios para o alcance desejado.

O fato é que, independentemente dos resultados, positivos e/ou negativos, o estabelecimento de teleologias na vida social dos homens e a ação para realizá-las leva a nexos causais que vão constituir a sua realidade histórica. É nesse sentido, como vimos no terceiro e último capítulo, que Lukács, após Marx, defende a conexão recíproca entre teleologia e causalidade, tanto no nível primário como no secundário.

É assim que o estabelecimento teleológico do Pronatec gerou uma causalidade que, de certo modo, veio modificar a vida daqueles que se beneficiaram e/ou beneficiam do programa, gerando, ao mesmo tempo, nexos causais que não existiam antes e que passam a influenciar fortemente não somente a vida das pessoas mas também todo um contexto social e histórico.

No caso do Pronatec, mais especificamente quanto ao Curso de Análises Químicas de Maracanaú, mesmo não tendo alcançado a sua otimização, principalmente pela falta de oportunidade de trabalho naquele local e pelo atendimento à lógica do mercado, os egressos atestaram ter recebido uma boa formação. De certo modo, isso melhorou as suas habilidades e conhecimentos na área do curso. Em relação ao não alcance da empregabilidade no local, isso pode e deve levar os agentes do programa a pensar em novas teleologias e novas ações. Aqui é preciso lembrar a necessidade de conhecer as condições da realidade do local onde se oferta a capacitação para que se ofereça um curso de formação profissional capaz de absorver os egressos no mercado de trabalho.

É por esse prisma que Lukács defende o caráter das alternativas e das possibilidades de escolha do homem frente à realidade social. Então ele pode o tempo todo estabelecer posições teleológicas e fazer escolhas dos caminhos e das ações para realizá-las. Tais considerações se aplicam também ao Pronatec. No caso da nossa pesquisa, o Curso de Análises Químicas de Maracanaú poderá perfeitamente ser substituído por outro que venha a trazer uma causalidade capaz de gerar a oportunidade de trabalho para os seus egressos.

Para finalizar as nossas considerações, reafirmamos, junto a Marx e a Lukács, que o homem produz e reproduz a sua vida social cuja gênese ocorre no processo de trabalho onde

se estabelecem as teleologias primárias. A causalidade que daí resulta faz emergir uma superestrutura que requer o estabelecimento de novas teleologias, agora secundárias, que vão gerar novos nexos causais, constituindo a processualidade histórica e dialética dos homens. Nessa processualidade, a educação é mediada e mediadora da formação humana, independentemente do trabalho e dos seus complexos sociais. No caso atual, por exemplo, independentemente de o trabalho se realizar para o capitalista e sob o seu domínio. Em suma, a educação, incluindo todas as suas formas, é parte essencial da vida social dos homens. Assim como ocorre no processo do trabalho, está presente na sua constituição processual a relação recíproca entre teleologia e causalidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando *et al.* **Manifestos dos educadores da educação nova de 1932 e 1959.** 1. ed. Recife: Massangana, 2010.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 abr. 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 8 out. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jan. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 ago. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. Empresa Brasileira de Comunicação. **Café com a presidenta**: nós criamos o Pronatec para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional. Brasília, DF: EBC, 2014a. Disponível em: <<http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/pronatec-3/?searchterm=Pronatec>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará. **Projeto pedagógico do curso técnico em análises químicas**. Maracanaú: IFCE, 2012.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 5 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do 2º grau. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 out. 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014b. Disponível em: <<https://goo.gl/K5jrRi>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio de química**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://agradaquimica.com.br/quimica/arealegal/outros//80.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.

BRASIL. Portal Brasil. **Pronatec é conquista e realização de sucesso no Brasil**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/03/pronatec-e-conquista-e-realizacao-de-sucesso-no-brasil>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio 1997b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 5 de outubro de 1999. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 out. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/resol0499.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

Clavatta, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro 1930-60)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Cunha, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000a.

Cunha, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000b.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. *In*: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2005. p. 19-62.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. (Coleção Educação Contemporânea).

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 5. ed. rev. Piracicaba: UNIMEP, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. v. 63. (Questões da Nossa Época).

KUENZER, Acácia Zeneida *et al.* **Planejamento e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999. v. 2. (Questões da Nossa Época).

LUKÁCS, György. **Ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981. v. II*-II**.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Alínea, 2006.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000. (Polêmicas do Nosso Tempo).

MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. t. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do sociologismo alemão em seus diferentes projetos (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEC-USAID. In: MINTO, Lalo Watanabe. **Glossário**. Campinas: UNICAMP, 2006.
Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm>. Acesso em: 4 nov. 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho).

NOBRE LOPES, Fátima Maria. As duas faces do trabalho: constituição e negação do homem. In: ARRAIS NETO, E.; FERNANDES, M. J. P.; FELISMINO, S. C. (Org.). **Trabalho e educação face à crise global do capitalismo**. 1. ed. Fortaleza: LCR, 2002. p. 87-101.

NOBRE LOPES, Fátima Maria. **Lukács**: estranhamento, ética e formação humana. 2006. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NOBRE LOPES, Fátima Maria. O duplo aspecto da educação: via de constituição do estranhamento ou de sua superação mediada pela ética. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 39, p. 63-72, jan./jun. 2013.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SALES, Francisco José Lima. **PLANFOR**: política compensatória para a “inclusão” na informalidade. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnia**: trabalho, educação e saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso J. *et al.* (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA FILHO, Adauto Lopes. Interação homem-natureza através da atividade produtiva. In: ALMEIDA, José Carlos Silva de (Org.). **Princípios**: discussões filosóficas. Sobral: Edições UVA, 2005. p. 127-135.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DO CURSO
TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS DO PRONATEC NO IFCE – *CAMPUS* DE
MARACANAÚ**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PESQUISA: TELEOLOGIA E CAUSALIDADE DO PRONATEC: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – CAMPUS DE MARACANAÚ

Orientanda: Maria Zélia Pinto da Silva
Orientadora: Fátima Maria Nobre Lopes

Sou aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Gostaria de contar com a sua colaboração para responder a este questionário, instrumento da minha pesquisa com o título “Teleologia e Causalidade do Pronatec: Um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* de Maracanaú”. O principal objetivo deste estudo é compreender a importância do referido programa na formação profissional do egresso do Curso de Técnico em Análises Químicas, bem como a sua influência e contribuição para a aquisição de emprego do egresso na área de formação. Agradeço desde já a sua contribuição.

DADOS PESSOAIS

Sexo: Masc. () Fem. ()

Escola que fazia o Ensino Médio: _____

Ano que estava cursando no Ensino Médio quando ingressou no Pronatec: _____

Turno que cursava o Ensino Médio: Manhã () Tarde () Noite ()

Turno que cursava o Pronatec: Manhã () Tarde () Noite ()

MOTIVAÇÕES

1) Qual o motivo que lhe fez concorrer à vaga do Pronatec?

2) Comente sobre o processo de seleção para ingresso no Pronatec.

FORMAÇÃO RECEBIDA

3) A qualificação profissional oferecida no Curso de Análises Químicas ofertado pelo Pronatec fez com que o seu estágio nessa área de conhecimento fosse executado com maior facilidade?

4) O Curso de Análises Químicas ofertado pelo Pronatec lhe auxiliou na aquisição de um emprego na área?

REPERCUSSÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

5) Quais as contribuições e benefícios que o Pronatec trouxe para sua vida profissional e pessoal?

6) Quais os pontos positivos e negativos que surgiram durante o Curso de Análises Químicas oferecido pelo Pronatec no IFCE - *Campus* de Maracanaú? (Máximo 3 de cada)

Positivos: _____

Negativos: _____

OBJETIVOS DO CURSO DE ANÁLISES QUÍMICAS

- **GERAL:**

Preparar profissionais aptos a atuar na indústria, com formação voltada para o exercício da cidadania e do profissionalismo, respeitando a legislação e os deveres éticos da profissão, além de buscar a relação entre os fundamentos dos métodos científicos para o desenvolvimento tecnológico, associando as diferentes tecnologias à solução de problemas do setor profissional.

- **ESPECÍFICOS:** 1. Realizar amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. 2. Planejar, coordenar e executar os processos de análises laboratoriais respeitando normas de segurança. 3. Selecionar técnicas e metodologias de análises clássicas e instrumentais. 4. Auxiliar na validação de metodologias de análises, empregando normas técnicas e biossegurança. 5. Coordenar e controlar a geração e a

destinação de resíduos do laboratório de Química com responsabilidade ambiental.

OBS: A exposição dos objetivos do curso se propõe a auxiliar nas respostas das questões a seguir.

DESAFIOS

7) Você conhecia a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Análises Químicas ofertado pelo IFCE – *Campus* de Maracanaú através do Pronatec?

- () SIM
() NÃO

8) Diante dos desafios e dificuldades enfrentados durante o Curso Técnico em Análises Químicas, você acha que a proposta do curso foi atingida?

9) Apresente sugestões para uma maior precisão na oferta do Curso do Pronatec.

10) Aponte algumas outras considerações que não estejam no questionários e que deseje mencionar.

Fortaleza, março de 2016.

**APÊNDICE B – TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS EGRESSOS DO CURSO
TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS DO PRONATEC NO IFCE – *CAMPUS* DE
MARACANAÚ**

01 – Motivação de Ingresso ao Pronatec

- Formação Profissional com Qualidade: 11
- Oportunidade de Ingresso no Mercado de Trabalho: 8

- Busca por Conhecimento: 8
- Afinidade com a Disciplina: 1
- Seleção pela Escola: 1

02 – Seleção: Prova no IFCE / Escola selecionou e encaminhou ao IFCE

03 – A qualificação recebida ajudou na execução do estágio:

- Sim: 25
 - ✓ Colocou em prática o que tinha visto nas aulas (teórica / prática) / Auxílio dos professores: 23
 - ✓ Não justificou: 2
- Não: 4
 - ✓ Não considera estágio: 3
 - ✓ Não justificou: 1

04 – Formação auxiliou na aquisição de emprego?

- Sim: 9
 - ✓ Não permaneceu: 4
 - ✓ Foi para o nível superior: 2
 - ✓ Permaneceu: 3
- Não: 20
 - ✓ Não havia vagas: 9
 - ✓ Não seguiu carreira: 5
 - ✓ Continuar estudo nível superior: 2
 - ✓ Formação insuficiente: 1
 - ✓ Não justificou: 3

05 – Contribuições / Benefícios

- Profissionais
 - ✓ Formação profissional: 21
 - ✓ Melhor emprego: 2
 - ✓ Não contribuiu: 4
 - ✓ Trabalhar em equipe: 2
- Pessoais
 - ✓ Amadurecimento / Responsabilidade / Aprendizagem: 13
 - ✓ Relacionamento com as pessoas: 5

- ✓ Disciplina: 2
- ✓ Qualidade de vida / emprego melhor: 3
- ✓ Amizades: 4
- ✓ Não comentou: 2

06 – Pontos:

- Positivos
 - ✓ Bons professores / monitores: 14
 - ✓ Preocupação com os alunos / acolhimento / motivação: 10
 - ✓ Amizades: 6
 - ✓ Estrutura / Material / Auxílio: 9
 - ✓ Excelente ensino / teoria / prática: 13
 - ✓ Visitas técnicas: 2
 - ✓ Qualificação profissional: 9
 - ✓ Não comentou: 1
- Negativos
 - ✓ Cansaço: 5
 - ✓ Sem remuneração / Auxílio transporte falho: 6
 - ✓ Poucas visitas técnicas: 8
 - ✓ Intrigas / Lotado: 4
 - ✓ CRQ não ofertado / disp.: 2
 - ✓ Estágio na empresa / Pouco tempo: 6
 - ✓ Conteúdo difícil / Provas: 3
 - ✓ Indiferença dos alunos dos demais cursos: 2
 - ✓ Sem mercado: 4
 - ✓ Nenhum: 5

07 – Conhece a proposta do curso

- Sim: 23
- Não: 6

08 – Proposta atingida

- Sim: 21

- ✓ Trabalho na área: 3
- ✓ Sei exercer o que aprendi para a profissão: 11
- ✓ Não esclareceu: 7
- Em parte: 4
 - ✓ Não trabalha na área: 2
 - ✓ Sei exercer em parte o que aprendi para a profissão: 2
- Não: 4
 - ✓ Não trabalha na área (faltam vagas): 3
 - ✓ Não segui carreira: 1